

QGEP Participações S.A.

*Informações financeiras trimestrais Individuais
e Consolidadas Referentes ao Período Findo
em 30 de Junho de 2015
e Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte ToucheTohmatsu Auditores Independentes

Mensagem da Administração

Recentemente tivemos diversas realizações importantes para a Companhia. No terceiro trimestre, concluímos a perfuração do segundo poço de extensão Carcará Norte em Carcará; concluímos a construção da planta de compressão em Manati que irá aumentar a produção do Campo de Manati e, nas últimas semanas, também assinamos o aditivo ao contrato de venda de gás com a Petrobras. Estas realizações demonstram que estamos caminhando a passos firmes na direção de nos tornarmos o líder brasileiro na produção de óleo e gás em águas profundas entre as empresas independentes. Para atingirmos este objetivo contamos com recursos financeiros, profundo conhecimento técnico das principais bacias do Brasil e flexibilidade para superar os desafios atuais do nosso setor.

Nosso principal ativo operacional, o Campo de Manati, produziu gás natural a uma média diária de 5,7 milhões de m³ por dia no primeiro e no segundo trimestres do ano, impulsionado pela demanda das usinas termelétricas, o que resultou em melhorias em todas as métricas financeiras relevantes, como margens EBITDA e EBITDAX, e também lucro líquido. A planta de compressão de Manati foi interligada ao sistema no início de agosto e encontra-se em fase de comissionamento. Após finalizada esta etapa, a capacidade diária de produção do Campo será elevada para 6,0 milhões de m³. A assinatura do aditivo ao contrato de gás com a Petrobras, realizada em julho, nos dá mais segurança e previsibilidade sobre a receita futura de Manati, uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento do nosso portfólio.

No início do segundo semestre de 2016, começaremos a produzir em Atlanta - o Campo de pós-sal que adquirimos em 2011 em uma operação de *farm-in*. Como operador do Campo, estamos gerenciando as adaptações no FPSO contratado para garantir que ele possa operar de maneira eficiente nessa área que é tecnicamente desafiadora. O início da produção de Atlanta representará um importante marco na nossa estratégia como operador de águas profundas e um reforço significativo nas receitas da Companhia.

Estamos dando prosseguimento nas atividades exploratórias em Carcará no Bloco BM-S-8, uma das descobertas com maior potencial no pré-sal, no qual temos participação de 10%. Um poço de extensão já foi concluído, com resultados encorajadores até o momento em termos de tamanho e qualidade da coluna de óleo. Estamos nesse momento na segunda fase de perfuração do primeiro poço de extensão, e os resultados dos testes são esperados para o início de 2016. Acreditamos que este é um recurso muito valioso a médio/longo prazo na área do pré-sal brasileiro, e será uma importante fonte de receita para a Companhia no futuro. Além disso, o cronograma atual prevê perfuração do prospecto do pré-sal de Guanxuma, localizado a 30 km de Carcará, em 2016.

Nossos demais ativos exploratórios, adquiridos em parceria com sócios regionais e internacionais na 11ª Rodada de Licitações da ANP, estão atualmente nas fases de aquisição ou processamento sísmico. A QGEP é operadora de cinco dos oito blocos adquiridos naquele leilão, o que nos permite uma maior proatividade na definição de cronogramas para perfuração e condução de outras atividades correlatas. Iremos trabalhar em conjunto com os outros operadores dos blocos da margem equatorial para aproveitar o atual ambiente de preços mais favoráveis, visando garantir os equipamentos e serviços necessários para as próximas fases desses projetos.

A Companhia avalia nesse momento oportunidades de otimização de seu portfólio de E&P, incluindo a participação na 13ª Rodada de Licitações da ANP, programada para outubro desse ano, bem como eventuais oportunidades de aquisição e desinvestimentos que possam criar valor e diversificar nossa base de ativos.

Nesse primeiro semestre de 2015 geramos caixa operacional de R\$239,7 milhões e encerramos o período com saldo de caixa de R\$1,3 bilhão. Essa posição financeira decorre de uma estratégia diligente implementada pela Companhia na montagem e desenvolvimento de seu portfólio, renovando a solidez do nosso balanço e nos dando conforto para atravessarmos as condições econômicas atuais do país. Atentos às dificuldades que estão sendo enfrentadas no setor, estamos promovendo uma otimização de custos que esteja compatível com os nossos compromissos.

Em resumo, as principais mensagens aos nossos stakeholders são: estamos posicionados para o crescimento no longo prazo com uma base de ativos diversificada, localizada em oito bacias brasileiras relevantes; temos um corpo técnico altamente qualificado com excelente desempenho operacional; nos mantemos comprometidos com o crescimento sustentável e de longo prazo e possuímos os recursos financeiros para agir de maneira rápida, visando aproveitar as oportunidades que o cenário atual traz para agregarmos valor ao nosso portfólio.

Desempenho Financeiro

As demonstrações financeiras abaixo apresentam as informações financeiras consolidadas da Companhia nos segundo trimestres e acumulado semestral de 2015 e 2014. Alguns percentuais e outros números incluídos neste relatório foram arredondados para facilitar a apresentação, podendo, assim, apresentar pequenas diferenças em relação às tabelas e notas constantes nas informações trimestrais. Pela mesma razão, os valores totais apresentados em determinadas tabelas podem não refletir a soma aritmética dos valores precedentes.

Informações Econômicas e Financeiras Consolidadas (R\$ milhões) - Reapresentadas

	2T15	2T14	Δ%	6M15	6M14	Δ%
Lucro Líquido	39,0	46,2	-15,7%	134,1	61,9	116,8%
Depreciação e amortização	34,9	30,3	15,2%	68,7	60,9	12,8%
Resultado financeiro líquido	(16,5)	(14,4)	14,4%	(109,1)	(26,7)	308,1%
Imposto de renda e contribuição social	10,2	5,3	92,9%	46,8	22,1	111,6%
EBITDA⁽¹⁾	67,6	67,4	0,3%	140,5	118,1	18,9%
Despesas de exploração de óleo e gás com poços secos ou sub-comerciais ⁽²⁾	9,5	0,8	N/A	9,3	31,8	-70,8%
EBITDAX⁽³⁾	77,1	67,4	14,4%	149,8	150,0	-0,1%
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	54,2%	53,4%	1,6%	56,1%	46,6%	20,3%
Margem EBITDAX ⁽⁵⁾	61,9%	53,4%	15,9%	59,8%	59,2%	1,0%
Caixa Líquido ⁽⁶⁾	933,5	839,5	11,2%	933,5	839,5	11,2%
Dívida Líquida/EBITDAX	(3,26)	(17,38)	-81,2%	(3,26)	(17,38)	-81,2%

⁽¹⁾ O cálculo do EBITDA considera o lucro antes do imposto de renda, contribuição social, resultado financeiro e despesas de amortização. O EBITDA não é uma medida financeira segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as IFRS. Tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. É possível que outras empresas calculem o EBITDA de maneira diferente da empregada pela QGEP. Além disso, como medida da lucratividade da Empresa, o EBITDA apresenta limitações por não considerar certos custos inerentes ao negócio que podem afetar os resultados líquidos de maneira significativa, tais como despesas financeiras, tributos e amortização. A QGEP usa o EBITDA como um indicador complementar de seu desempenho operacional.

⁽²⁾ Despesas com exploração relacionadas a poços sub-comerciais ou a volumes não operacionais.

⁽³⁾ O EBITDAX é uma medida usada pelo setor de petróleo e gás calculada da seguinte maneira: EBITDA + despesas de exploração com poços secos ou sub-comerciais.

⁽⁴⁾ EBITDA dividido pela receita líquida.

⁽⁵⁾ EBITDAX dividido pela receita líquida.

⁽⁶⁾ O caixa líquido corresponde às disponibilidades e aplicações financeiras excluindo o endividamento total, que inclui empréstimos e financiamentos de curto e de longo prazo, bem como instrumentos financeiros derivativos. O caixa líquido não é medida reconhecida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as U.S. GAAP, as IFRS, bem como qualquer outro sistema de princípios contábeis geralmente aceitos. É possível que outras empresas calculem o endividamento líquido de maneira diferente da empregada pela QGEP.

Resultado Operacional

A receita líquida do 2T15 foi de R\$124,6 milhões, estável quando comparada aos R\$126,2 milhões registrados no 2T14. A variação na receita no comparativo com o mesmo trimestre do ano anterior reflete a leve redução na produção de gás de Manati, em função do declínio natural do Campo (produção média diária de 5,7MM de m³ no 2T15 em comparação a 5,9 MM de m³ no 2T14). Esta redução foi compensada em parte pelo reajuste no preço do contrato de venda de gás desse Campo, ocorrido em janeiro de 2015. No acumulado de 6M15, a receita líquida foi de R\$250,6 milhões comparada a R\$253,5 milhões em igual período do ano anterior.

Os custos operacionais do segundo trimestre somaram R\$63,4 milhões (50,9% da receita líquida), um aumento quando comparado aos R\$60,3 milhões (47,8% da receita líquida) registrados no 2T14. Os custos operacionais estão distribuídos conforme a tabela abaixo:

Custos operacionais (R\$ milhões) - Reapresentados

	2T15	2T14	Δ%	6M15	6M14	Δ%
Amortização	33,9	29,3	16,0%	66,8	59,0	13,2%
Custos de produção	13,7	13,6	1,0%	27,6	26,6	3,9%
Royalties	9,6	9,8	-1,8%	19,0	19,4	-2,1%
Custos de manutenção	2,3	3,6	-35,0%	4,9	6,3	-22,6%
Participação especial	2,6	2,9	-10,9%	4,5	5,8	-21,8%
P&D	1,3	1,2	2,3%	2,6	2,6	-3,3%
TOTAL	63,4	60,3	5,1%	125,4	119,8	4,7%

O aumento dos custos operacionais no 2T15 e no 6M15 em relação aos mesmos períodos do ano anterior é explicado por maiores custos de amortização, em função da variação cambial sobre a provisão do abandono que tem como contrapartida o ativo imobilizado. A desvalorização cambial gera uma adição que aumenta, portanto, a base depreciável.

Despesas Gerais e Administrativas

No 2T15, o total de despesas gerais e administrativas foi de R\$12,0 milhões, comparado a R\$ 13,7 milhões no 2T14. A queda na comparação anual é decorrência principalmente da reclassificação contábil de provisões fiscais da conta de despesas gerais e administrativas para a conta de dedução da receita bruta no montante de R\$1,4 milhão.

As despesas gerais e administrativas para os primeiros seis meses do ano totalizaram R\$26,7 milhões, ligeiramente superiores aos R\$25,8 milhões registrados nos primeiros seis meses de 2014, em função do incremento nos serviços de consultoria voltados ao aumento da eficiência. A Companhia está focada na contenção destas despesas, adiando decisões de contratação e racionalizando outros custos administrativos.

Gastos Exploratórios

Os gastos exploratórios somaram R\$16,0 milhões no 2T15, comparados a R\$14,6 milhões no 2T14. Essa linha reflete tanto estudos e aquisição de dados sísmicos principalmente para os blocos adquiridos na 11ª Rodada de Licitações da ANP como um montante de R\$9,5 milhões, referente a despesas de Bloco já devolvido para a ANP.

No primeiro semestre, os gastos exploratórios totalizaram R\$26,2 milhões, comparados a R\$50,0 milhões no mesmo período do ano anterior, já que no 1T14 a QGEP contabilizou despesas de R\$28,1 milhões, relacionadas à devolução da área de Biguá à ANP, além de outros gastos.

EBITDAX

O EBITDAX foi de R\$77,1 milhões com margem EBITDAX de 61,9% no 2T15, valores superiores aos reportados no mesmo período do ano anterior, de R\$67,4 milhões e margem de 53,4%. Este aumento é resultado de (i) redução nos gastos exploratórios, não considerando a baixa nos poços sub comerciais, e (ii) menores despesas gerais e administrativas.

No acumulado do ano o EBITDAX foi de R\$149,8 milhões, em linha com o mesmo período no ano anterior, de R\$150,0 milhões.

Resultado Financeiro Líquido (Reapresentado)

O resultado financeiro líquido no 2T15 foi de R\$16,5 milhões, ligeiramente superior aos R\$14,4 milhões registrados em 2014. O aumento na comparação trimestral é resultado da receita financeira da Companhia, atrelada a fundos cambiais e indexada ao CDI no período.

No primeiro semestre de 2015, o resultado financeiro líquido foi de R\$109,1 milhões, 308,1% superior aos R\$26,7 milhões registrados no primeiro semestre de 2014, devido pelo aumento da posição de caixa de Companhia no 1T15, que acessou um reembolso do BNB; maiores rendimentos dos fundos exclusivos da Companhia, devido ao aumento da taxa de juros dos fundos em reais bem como o efeito positivo da desvalorização do Real sobre os fundos cambiais.

Imposto de Renda e Contribuição Social (Reapresentado)

Para o 2T15, o saldo de imposto de renda e contribuição social totalizou R\$10,2 milhões, comparado a R\$5,3 milhões no 2T14. Para o 6M15, o saldo de imposto de renda e contribuição social totalizou R\$46,8 milhões, comparado a R\$22,1 milhões no 6M14. Estes aumentos deveram-se principalmente à desvalorização do real sobre o dólar no 1T15 e 2T15, gerando um aumento significativo na lucratividade nos fundos cambiais.

Lucro Líquido (Reapresentado)

O lucro líquido da QGEP totalizou R\$39,0 milhões no 2T15, o que representa queda de 15,7% em relação aos R\$46,2 milhões registrados no 2T14, devido, principalmente, aos maiores custos operacionais e dos gastos exploratórios no período.

No 6M15, o lucro líquido foi de R\$134,1 milhões, crescimento de 116,8% ante os R\$61,9 milhões registrados no 6M14, em função da redução nos gastos exploratórios aliados à expansão nas receitas financeiras.

Destaques do Balanço e Fluxo de Caixa

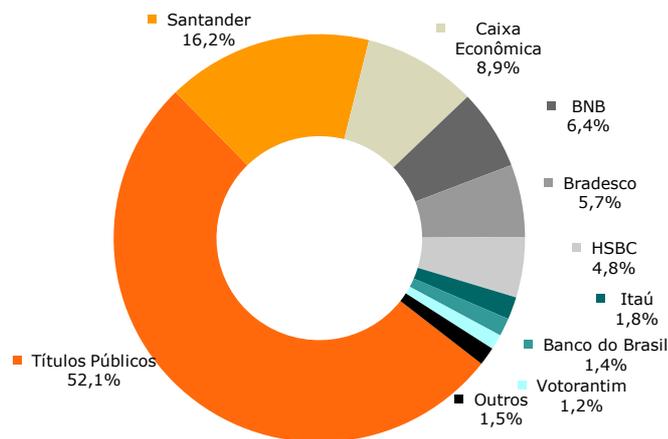
Caixa (Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras)

No encerramento do 2T15, a Companhia registrava saldo de caixa consolidado de R\$1,3 bilhão, sendo R\$933,5 milhões de caixa líquido.

Em 30 de junho, R\$416,5 milhões do caixa da QGEP estavam aplicadas em fundos cambiais e investimentos offshore de modo a ser um instrumento de *hedge* para as obrigações de médio prazo denominadas em dólares.

O saldo remanescente estava investido em instrumentos financeiros expressos em reais. Em 30 de junho, o rendimento médio anual desses investimentos era de 101,9% do CDI e 87,0% dos fundos contavam com liquidez diária. Do total de investimentos, 99% estão aplicados em bancos com rating triplo A. Os investimentos em reais encontravam-se distribuídos conforme o gráfico abaixo:

Aplicações Financeiras



Endividamento

O endividamento total em 30 de junho de 2015 era de R\$368,9 milhões, estável ante ao montante do final do 1T15. Esses empréstimos consistiam de R\$253,3 milhões oriundos do pacote de financiamento da Companhia junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e R\$117,8 milhões de uma linha de crédito do Banco do Nordeste do Brasil.

Quanto aos recursos tomados com a FINEP, estes fazem parte de um pacote de financiamento que visa a dar suporte ao desenvolvimento do SPA do Campo de Atlanta, e consiste de duas linhas de crédito, uma à taxa fixa de 3,5% ao ano, e outra à taxa flutuante ligada à TJLP. Ambas têm período de carência de três anos e prazo de pagamento de sete anos. A QGEP conta com uma linha de crédito total com a FINEP de R\$266,1 milhões.

Em setembro de 2014, a QGEP assinou contrato de financiamento de R\$232,8 milhões com o Banco do Nordeste do Brasil, destinado à exploração dos ativos da Companhia no Nordeste. O empréstimo, cujo custo é de 4,71% ao ano, possui um período de carência de cinco anos e período de amortização de sete anos. Até 30 de junho de 2015, a QGEP havia desembolsado R\$117,8 milhões do total da linha de crédito.

Fluxo de Caixa Operacional

A Companhia registrou fluxo de caixa operacional pelo método contábil indireto de R\$82,7 milhões no 2T15, em comparação com R\$90,1 milhões no 2T14. No 6M15, o fluxo de caixa operacional totalizou R\$239,7 milhões, acima dos R\$130,7 milhões no 6M14, como resultado da maior geração de caixa operacional no 1T15.

Em ambos os casos, as variações são atribuídas à provisões nos ativos e passivos operacionais, principalmente variações temporais nas linhas de impostos e créditos com parceiros.

As informações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos trimestres findos em 30 de junho de 2015 e 30 de junho de 2014 foram elaboradas pela Companhia de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Anexo I – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração dos Resultados (R\$ milhões) - Reapresentados

	2T15	2T14	Δ%	6M15	6M14	Δ%
Receita líquida	124,6	126,2	-1,3%	250,6	253,5	-1,1%
Custos	(63,4)	(60,3)	5,1%	(125,4)	(119,8)	4,7%
Lucro bruto	61,2	65,9	-7,1%	125,1	133,7	-6,4%
Receitas (Despesas) operacionais						
Despesas gerais e administrativas	(12,0)	(13,7)	-12,2%	(26,7)	(25,8)	3,3%
Equivalência patrimonial	(0,5)	(0,6)	-5,0%	(0,4)	(0,6)	-32,1%
Gastos exploratórios de óleo e gás	(16,0)	(14,6)	9,8%	(26,2)	(50,0)	-47,6%
Outras despesas Operacionais	0,0	-	N/A	0,0	-	N/A
Lucro (Prejuízo) operacional	32,7	37,1	-11,8%	71,8	57,2	25,5%
Receita (Despesa) financeira líquida	16,5	14,4	14,4%	109,1	26,7	308,1%
Lucro antes dos impostos e contribuição social	49,2	51,5	-4,5%	181,0	84,0	115,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	(10,2)	(5,3)	92,9%	(46,8)	(22,1)	111,6%
Lucro líquido	39,0	46,2	-15,7%	134,1	61,9	116,8%

Anexo II – BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial (R\$ milhões) - Reapresentado

	2T15	1T15	Δ%
Ativo			
Ativo Circulante	1.442,2	1.421,0	1,5%
Caixa e equivalentes de caixa	187,3	131,1	42,9%
Aplicações financeiras	991,1	1.089,7	-9,0%
Contas a receber	99,8	99,3	0,5%
Estoques	54,5	54,3	0,5%
Impostos a recuperar	31,4	31,4	-0,1%
Créditos com parceiros	68,9	11,6	N/A
Outros	9,3	3,7	147,2%
Ativo Não Circulante	2.113,5	2.103,6	0,5%
Caixa restrito	63,0	53,8	17,0%
Aplicações Financeiras	124,0	120,3	3,1%
Impostos a recuperar	2,7	2,8	-4,9%
Imposto de renda e contribuição diferidos	5,5	4,5	22,7%
Investimentos	62,8	37,3	68,7%
Imobilizado	1.218,1	1.244,7	-2,1%
Ativos intangíveis	629,9	630,1	0,0%
Partes Relacionadas	5,9	6,7	-12,7%
Outros	1,5	3,3	-54,3%
Total do Ativo	3.555,7	3.524,7	0,9%
Passivo e Patrimônio Líquido			
Passivo Circulante	186,8	120,6	54,8%
Fornecedores	105,8	35,7	196,7%
Impostos a pagar	42,1	45,0	-6,3%
Remuneração e obrigações sociais	8,1	6,8	20,5%
Contas a pagar – partes relacionadas	0,4	0,3	15,3%
Empréstimos e financiamentos	0,4	0,4	-3,6%
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	15,0	13,6	10,5%
Seguros a pagar	4,7	8,4	-43,4%
Outros	10,1	10,5	-3,5%
Passivo Não Circulante	675,1	710,1	-4,9%
Fornecedores	1,5	-	N/A
Obrigações fiscais a pagar	2,1	2,2	-5,3%
Empréstimos e financiamentos	368,5	368,4	0,0%
Provisão para abandono	303,0	339,5	-10,7%
Patrimônio Líquido	2.693,8	2.693,9	0,0%
Capital social	2.078,1	2.078,1	0,0%
Outros resultados abrangentes	10,4	12,3	-15,4%
Reserva de lucros	553,8	555,9	-0,4%
Reserva de capital	(46,0)	(47,5)	3,2%
Lucro líquido do período	97,5	95,2	2,4%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.555,7	3.524,7	0,9%

Anexo III – FLUXO DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (R\$ milhões) - Reapresentado

	2T15	2T14	Δ%	6M15	6M14	Δ%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido do período	39,0	46,2	-15,7%	134,1	61,9	116,8%
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais:						
Equivalência patrimonial	0,5	0,6	-5,0%	0,4	0,6	-32,1%
Amortização e depreciação	34,9	30,3	15,2%	68,7	60,9	12,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	3,7	0,3	N/A	6,3	1,7	270,3%
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	0,5	0,6	-5,0%	0,4	0,6	-32,1%
Baixa de imobilizado	19,0	(0,6)	N/A	19,1	31,9	-40,2%
Provisão para o plano de opção de ações	1,5	2,2	-32,5%	3,4	5,0	-32,6%
Provisão para Imposto de Renda e contribuição social	(60,3)	(3,5)	N/A	(38,6)	(3,5)	N/A
Provisão para Pesquisa e Desenvolvimento	1,4	1,0	42,7%	2,2	2,3	-1,7%
Variação cambial/outros	(16,5)	0,0	N/A	(21,0)	9,9	-311,0%
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:	(66,4)	14,6	N/A	(55,2)	44,8	-223,3%
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:	127,0	(2,7)	N/A	106,4	(103,3)	-203,0%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	82,7	90,1	-8,2%	239,7	130,7	83,4%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	14,1	(108,2)	113,0%	(253,7)	(212,1)	-19,6%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(38,7)	(40,0)	-3,3%	79,2	(58,5)	235,3%
Total de variação cambial sobre caixa e equivalentes	(1,9)	(0,6)	204,2%	5,0	(1,5)	442,5%
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	56,2	(58,7)	-195,8%	70,1	(141,3)	-149,6%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	131,1	275,2	-52,4%	117,2	357,8	-67,2%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	187,3	216,4	-13,4%	187,3	216,4	-13,4%
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	56,2	(58,7)	-195,8%	70,1	(141,3)	-149,6%

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
QGEP Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da QGEP Participações S.A. (“Companhia”) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITRs, referente ao trimestre e período findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas. Essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram originalmente aprovadas em 10 de agosto de 2015 pelo Conselho de Administração, e estão sendo rerepresentadas em função do descrito na Nota explicativa 2.27.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITRs. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias sendo rerepresentadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão das informações financeiras intermediárias sendo rerepresentadas

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias sendo reapresentadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas e sendo reapresentadas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITRs e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Em 11 de agosto de 2014, emitimos relatório de revisão sem modificação, mas com ênfase referente a ausência de anuência naquela data pela ANP de transferência de contrato de concessão de determinados blocos de exploração de petróleo e gás natural da Petróleo Brasileiro S.A. para a Companhia, sobre as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2014, aprovadas também em 11 de agosto de 2014 pelo Conselho de Administração. Pelas razões mencionadas na Nota 2.27, as informações financeiras intermediárias comparativas, estão sendo ajustadas e reapresentadas como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. A presente conclusão não contém modificação relacionada a este assunto.

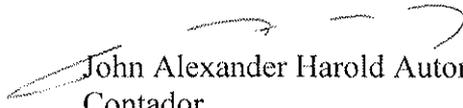
Outros assuntos

Informações correspondentes sobre as Demonstrações do valor adicionado sendo reapresentadas

Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações reapresentadas do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2015 e de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITRs e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações correspondentes reapresentadas para contemplar os ajustes contábeis descritos na nota 2.27, foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias correspondentes individuais e consolidadas tomadas em conjunto sendo reapresentadas.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8


John Alexander Harold Auton
Contador
CRC 1RJ 078.183/O-2

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	265.806.905
Preferenciais	0
Total	265.806.905
Em Tesouraria	
Ordinárias	7.954.632
Preferenciais	0
Total	7.954.632

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.693.990	2.590.149
1.01	Ativo Circulante	5.459	6.200
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	81	1
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.263	2.897
1.01.06	Tributos a Recuperar	51	25
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	51	25
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	64	3.277
1.01.08.03	Outros	64	3.277
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	0	3.277
1.01.08.03.05	Outros	64	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.688.531	2.583.949
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	1
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	0	1
1.02.02	Investimentos	2.688.531	2.583.948
1.02.02.01	Participações Societárias	2.688.531	2.583.948
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.688.531	2.583.948

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.693.990	2.590.149
2.01	Passivo Circulante	156	145
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52	50
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	52	50
2.01.02	Fornecedores	77	47
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	77	47
2.01.03	Obrigações Fiscais	27	48
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27	48
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	27	48
2.03	Patrimônio Líquido	2.693.834	2.590.004
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de Capital	-46.015	-49.375
2.03.02.04	Opções Outorgadas	34.992	31.632
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-81.007	-81.007
2.03.04	Reservas de Lucros	553.844	555.853
2.03.04.01	Reserva Legal	28.425	28.426
2.03.04.10	Reserva para investimento	525.419	527.427
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	97.479	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	10.410	5.410

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	38.811	133.930	46.113	61.750
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.135	-2.371	-953	-2.057
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	39.946	136.301	47.066	63.807
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	38.811	133.930	46.113	61.750
3.06	Resultado Financeiro	143	215	86	115
3.06.01	Receitas Financeiras	145	217	87	116
3.06.01.01	Juros de aplicação financeira	145	217	87	116
3.06.02	Despesas Financeiras	-2	-2	-1	-1
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-2	-2	-1	-1
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	38.954	134.145	46.199	61.865
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	38.954	134.145	46.199	61.865
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	38.954	134.145	46.199	61.865
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,15000	0,52000	0,18000	0,23000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,15000	0,52000	0,18000	0,23000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	38.954	134.145	46.199	61.865
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.898	5.000	-624	-1.460
4.02.01	Ajustes acumulados na conversão	-1.898	5.000	-624	-1.460
4.03	Resultado Abrangente do Período	37.056	139.145	45.575	60.405

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.043	-1.995
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-2.156	-1.942
6.01.01.01	Lucro líquido	134.145	61.865
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-136.301	-63.807
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.199	-53
6.01.02.01	Impostos a recuperar	-26	17
6.01.02.02	Outros ativos	3.215	-59
6.01.02.03	Fornecedores	31	-26
6.01.02.04	Impostos a recolher	-21	9
6.01.02.06	Outros passivos	0	6
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	37.713	60.280
6.02.01	Aplicações financeiras	-2.366	-4.538
6.02.02	Dividendos recebidos	0	64.818
6.02.03	Pagamentos ao investimento	40.079	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-38.676	-58.507
6.03.03	Pagamento de dividendos	-38.676	-40.000
6.03.04	Ações em tesouraria	0	-18.507
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	80	-222
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	268
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	81	46

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-49.375	555.853	0	5.410	2.590.004
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-49.375	555.853	0	5.410	2.590.004
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-38.676	0	0	-38.676
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.676	0	0	-38.676
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	134.145	5.000	139.145
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	134.145	0	134.145
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.000	5.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	5.000	5.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	3.360	0	0	0	3.360
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.360	0	0	0	3.360
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-46.015	517.177	134.145	10.410	2.693.833

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-39.873	401.030	0	2.191	2.441.464
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-39.873	401.030	0	2.191	2.441.464
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-18.507	-40.000	0	0	-58.507
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-18.507	0	0	0	-18.507
5.04.06	Dividendos	0	0	-40.000	0	0	-40.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	61.865	-1.460	60.405
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.865	0	61.865
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.460	-1.460
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.460	-1.460
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.988	0	0	0	4.988
5.06.01	Constituição de Reservas	0	4.988	0	0	0	4.988
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-53.392	361.030	61.865	731	2.448.350

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-625	-613
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-625	-613
7.03	Valor Adicionado Bruto	-625	-613
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-625	-613
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	136.518	63.923
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	136.301	63.807
7.06.02	Receitas Financeiras	217	116
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	135.893	63.310
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	135.893	63.310
7.08.01	Pessoal	1.467	1.203
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.396	1.141
7.08.01.02	Benefícios	71	62
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	279	228
7.08.02.01	Federais	279	228
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2	14
7.08.03.01	Juros	0	2
7.08.03.03	Outras	2	12
7.08.03.03.01	Despesas bancárias	2	12
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	134.145	61.865
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	134.145	61.865

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	3.555.723	3.232.238
1.01	Ativo Circulante	1.442.224	1.343.658
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	187.329	117.191
1.01.02	Aplicações Financeiras	991.114	1.011.417
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	991.114	1.011.417
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	991.114	1.011.417
1.01.03	Contas a Receber	99.753	101.627
1.01.03.01	Clientes	99.753	101.627
1.01.04	Estoques	54.531	54.477
1.01.06	Tributos a Recuperar	31.379	37.635
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	31.379	37.635
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	78.118	21.311
1.01.08.03	Outros	78.118	21.311
1.01.08.03.02	Outros	9.230	1.967
1.01.08.03.03	Créditos com parceiros	68.888	19.344
1.02	Ativo Não Circulante	2.113.499	1.888.580
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	202.636	56.650
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	124.013	0
1.02.01.01.03	Títulos mantido até o vencimento	124.013	0
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	63.013	27.916
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	63.013	27.916
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.509	19.392
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.509	19.392
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	5.867	4.878
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	5.867	4.878
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.234	4.464
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	2.709	2.654
1.02.01.09.05	Prêmio de seguro a amortizar	1.525	1.810
1.02.02	Investimentos	62.831	22.843
1.02.02.01	Participações Societárias	62.831	22.843
1.02.03	Imobilizado	1.218.118	1.178.617
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	469.173	487.895
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	748.945	690.722
1.02.04	Intangível	629.914	630.470
1.02.04.01	Intangíveis	629.914	630.470
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	625.723	625.723
1.02.04.01.02	Outros	4.191	4.747

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	3.555.723	3.232.238
2.01	Passivo Circulante	186.783	110.607
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.147	17.914
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.500	2.005
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.647	15.909
2.01.02	Fornecedores	105.810	35.199
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	105.810	35.199
2.01.02.01.01	Fornecedores	105.810	35.199
2.01.03	Obrigações Fiscais	42.129	26.313
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.507	15.499
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.043	938
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	11.602	13.383
2.01.03.01.03	Outros	1.152	1.178
2.01.03.01.04	Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas	16.710	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.748	4.739
2.01.03.02.01	ICMS	4.748	4.739
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.874	6.075
2.01.03.03.01	Royalties	3.212	3.236
2.01.03.03.02	Participação especial	2.440	2.514
2.01.03.03.03	Outros	222	325
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	429	387
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	429	387
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	429	387
2.01.05	Outras Obrigações	15.266	18.034
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	392	336
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	392	336
2.01.05.02	Outros	14.874	17.698
2.01.05.02.04	Outros	10.133	11.442
2.01.05.02.05	Seguros a pagar	4.741	6.256
2.01.06	Provisões	15.002	12.760
2.01.06.02	Outras Provisões	15.002	12.760
2.01.06.02.04	Provisões para Pesquisa e Desenvolvimento	15.002	12.760
2.02	Passivo Não Circulante	675.106	531.627
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	368.495	250.528
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	368.495	250.528
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	368.495	250.528
2.02.02	Outras Obrigações	1.484	0
2.02.02.02	Outros	1.484	0
2.02.02.02.04	Fornecedores	1.484	0
2.02.04	Provisões	305.127	281.099
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.088	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.088	0
2.02.04.02	Outras Provisões	303.039	281.099
2.02.04.02.04	Provisão para Abandono	303.039	281.099
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.693.834	2.590.004
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.02	Reservas de Capital	-46.015	-49.375
2.03.02.04	Opções Outorgadas	34.992	31.632
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-81.007	-81.007
2.03.04	Reservas de Lucros	553.844	555.853
2.03.04.01	Reserva Legal	28.426	28.426
2.03.04.10	Reserva para investimento	525.418	527.427
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	97.479	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	10.410	5.410

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	124.581	250.565	126.165	253.470
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-63.399	-125.447	-60.310	-119.770
3.03	Resultado Bruto	61.182	125.118	65.855	133.700
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-28.488	-53.281	-28.767	-76.454
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.989	-26.706	-13.653	-25.849
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16	16	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-15.988	-26.196	-14.559	-50.023
3.04.05.01	Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	-15.988	-26.196	-14.559	-50.023
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-527	-395	-555	-582
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.694	71.837	37.088	57.246
3.06	Resultado Financeiro	16.477	109.129	14.408	26.742
3.06.01	Receitas Financeiras	19.046	109.725	14.458	26.970
3.06.01.01	Juros de aplicações financeiras	19.046	107.369	14.428	26.888
3.06.01.02	Varição cambial ativa	0	2.356	30	82
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.569	-596	-50	-228
3.06.02.01	Despesas financeiras	-461	-596	-50	-228
3.06.02.02	Varição cambial passiva	-2.108	0	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	49.171	180.966	51.496	83.988
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.217	-46.821	-5.297	-22.122
3.08.01	Corrente	-11.236	-32.938	-3.509	-3.509
3.08.02	Diferido	1.019	-13.883	-1.788	-18.613
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	38.954	134.145	46.199	61.866
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	38.954	134.145	46.199	61.866
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	38.954	134.145	46.199	61.866
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,26000	0,37000	0,21000	0,30000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.99.02.01	ON	0,26000	0,37000	0,21000	0,30000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	38.954	134.145	46.199	61.867
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.898	5.000	-624	-1.460
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão de empresas no exterior	-1.898	5.000	-624	-1.460
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	37.056	139.145	45.575	60.407
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	37.056	139.145	45.575	60.407

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	239.706	130.696
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	188.500	189.247
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido no período	134.145	61.865
6.01.01.02	Amortização e depreciação	68.655	60.888
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.883	18.613
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	6.344	1.713
6.01.01.05	Baixa de imobilizado	139	31.894
6.01.01.06	Plano de opção de ação	3.360	4.988
6.01.01.07	Provisão para imposto de renda e contribuição social	-38.645	-3.509
6.01.01.08	Provisão para pesquisa e desenvolvimento	2.242	2.280
6.01.01.11	Variação cambial e complemento sobre provisão de abandono	-2.018	9.933
6.01.01.12	Equivalência patrimonial	395	582
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	51.206	-58.551
6.01.02.01	Contas a receber clientes	1.874	-2.482
6.01.02.02	Impostos a recuperar	495	-581
6.01.02.03	Outros ativos	-57.565	47.843
6.01.02.04	Fornecedores	62.849	-96.414
6.01.02.05	Impostos a recolher	61.503	6.367
6.01.02.06	Juros pagos	-6.170	-1.505
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.336	-5.622
6.01.02.08	Partes relacionadas	56	271
6.01.02.09	Outros passivos	-10.500	-6.428
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-253.727	-212.059
6.02.01	Caixa restrito	-35.097	-10.812
6.02.02	Aplicações financeiras	-103.710	-143.258
6.02.03	Pagamento de imobilizado	-74.347	-51.305
6.02.04	Pagamento de intangível	-190	-1.526
6.02.05	Aumento de capital de empresas no exterior	-35.309	-5.970
6.02.06	Pagamentos de investimento	-5.074	0
6.02.07	Recebimento de dividendos	0	812
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	79.159	-58.507
6.03.03	Pagamento de financiamentos	117.835	0
6.03.04	Ações em tesouraria	0	-18.507
6.03.05	Pagamento de dividendos	-38.676	-40.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	5.000	-1.460
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	70.138	-141.330
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	117.191	357.765
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	187.329	216.435

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-49.375	555.853	0	5.410	2.590.004	0	2.590.004
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-49.375	555.853	0	5.410	2.590.004	0	2.590.004
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-38.676	0	0	-38.676	0	-38.676
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.676	0	0	-38.676	0	-38.676
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	134.145	5.000	139.145	0	139.145
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	134.145	0	134.145	0	134.145
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.000	5.000	0	5.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	5.000	5.000	0	5.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	3.360	0	0	0	3.360	0	3.360
5.06.01	Constituição de Reservas	0	3.360	0	0	0	3.360	0	3.360
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-46.015	517.177	134.145	10.410	2.693.833	0	2.693.833

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-39.873	401.030	0	2.191	2.441.464	0	2.441.464
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-39.873	401.030	0	2.191	2.441.464	0	2.441.464
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-18.507	-40.000	0	0	-58.507	0	-58.507
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-18.507	0	0	0	-18.507	0	-18.507
5.04.06	Dividendos	0	0	-40.000	0	0	-40.000	0	-40.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	61.865	-1.460	60.405	0	60.405
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.865	0	61.865	0	61.865
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.460	-1.460	0	-1.460
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.460	-1.460	0	-1.460
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.988	0	0	0	4.988	0	4.988
5.06.01	Constituição de Reservas	0	4.988	0	0	0	4.988	0	4.988
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-53.392	361.030	61.865	731	2.448.350	0	2.448.350

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	390.108	371.765
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	313.404	319.655
7.01.02	Outras Receitas	2.357	805
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	74.347	51.305
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-135.827	-136.836
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-60.364	-84.640
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-66.930	-42.996
7.02.04	Outros	-8.533	-9.200
7.03	Valor Adicionado Bruto	254.281	234.929
7.04	Retenções	-68.746	-60.888
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-68.746	-60.888
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	185.535	174.041
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	111.924	26.306
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-395	-582
7.06.02	Receitas Financeiras	107.369	26.888
7.06.03	Outros	4.950	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	297.459	200.347
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	297.459	200.347
7.08.01	Pessoal	26.111	27.458
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.617	24.202
7.08.01.02	Benefícios	5.752	2.239
7.08.01.03	F.G.T.S.	-1.298	1.017
7.08.01.04	Outros	40	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	132.555	108.737
7.08.02.01	Federais	80.461	54.946
7.08.02.02	Estaduais	28.388	28.538
7.08.02.03	Municipais	23.706	25.253
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.648	2.287
7.08.03.01	Juros	118	154
7.08.03.02	Aluguéis	1.458	1.841
7.08.03.03	Outras	3.072	292
7.08.03.03.01	Despesas bancárias	478	292
7.08.03.03.02	Variação monetária / cambial	2.594	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	134.145	61.865
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	134.145	61.865

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

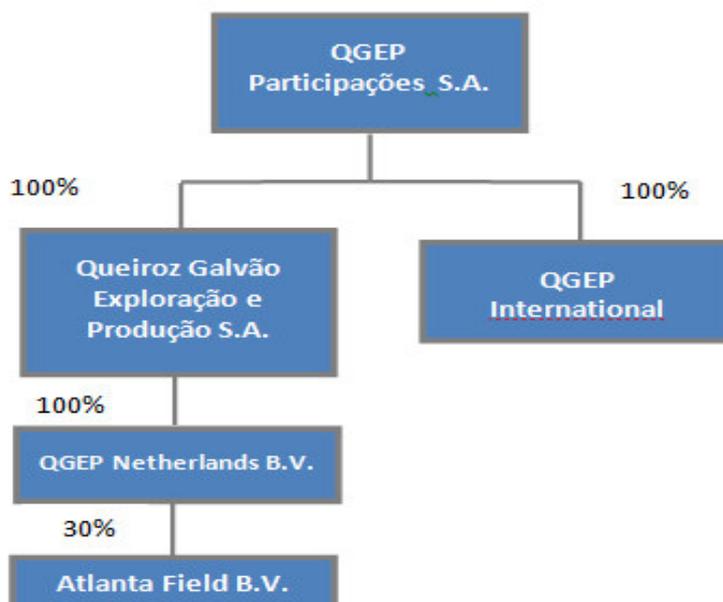
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Estrutura societária

A QGEP Participações S.A. com sede na Avenida Almirante Barroso 52, sala 1301, Rio de Janeiro (“Companhia” ou “QGEPP”) tem como objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

Em 30 de junho de 2015 a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:



A controlada direta Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEPP”) foi constituída em 16 de outubro de 2009 e tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

Em 31 de janeiro de 2013, foi constituída a QGEP Netherlands B.V. (“QGEP B.V.”), com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, controlada integral da QGEP tendo como objeto social incorporar, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas às atividades descritas.

Em 2 de novembro de 2012, foi constituída pela QGEP a sociedade Atlanta Field B.V. (“AFBV”), com sede na cidade de Roterdã, Holanda, controlada indireta da QGEP e direta da QGEP B.V., tendo como objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração e aproveitamento da área de concessão e, ainda, adquirir, administrar, operar equipamentos, incluindo a equipamentos registrados para apoiar as atividades declaradas do Grupo. Em 21 de fevereiro de 2013, a OGX Netherlands Holding B.V e a FR Barra 1S.àr.l., em função da parceria com a QGEP na concessão do Bloco BS-4, ingressaram na estrutura da AFBV através de aumento de capital, passando a deter 40% e 30%, respectivamente, de participação na AFBV. A QGEP B.V., nesta mesma data, passou a deter participação de 30% na AFBV.

Em 3 de outubro de 2013, foi constituída a QGEP International GmbH (“QGEP International”), com sede na cidade de Viena, Áustria, subsidiária integral da QGEP tendo como objeto social aquisição de empresas na Áustria e exterior, constituição e gestão de empresas subsidiárias na Áustria e exterior e gestão de seus ativos.

Histórico Operacional:

As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural (“E&P”) são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e suas controladas, são referidas em conjunto nestas informações financeiras trimestrais como “Grupo”.

Em 30 de junho de 2015, o Grupo apresenta em seu portfólio a participação em treze concessões de E&P localizadas na porção offshore da Margem Continental brasileira (nota explicativa 21). Todas as concessões pertencem a controlada QGEP. Veja nota de eventos subsequentes (nota explicativa 31), para novas concessões adquiridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As concessões BCAM-40 e BS-4 estão na fase de produção e desenvolvimento, respectivamente. No BCAM-40 estão situados os campos de Manati e Camarão Norte, que se encontram, respectivamente, nas fases de produção e desenvolvimento da produção. No BS-4 estão situados os campos de Atlanta e Oliva, que se encontram em desenvolvimento da produção.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem para uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoo o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira). A partir de agosto de 2015, o Campo de Manati contará com uma estação de compressão de gás (SCOMP), que elevará a capacidade de produção do campo para 6 milhões de m³ ao dia para os próximos dois anos. Veja nota de eventos subsequentes (nota explicativa 31), para entrada em operação de nova planta de compressão em 20 de agosto de 2015.

No quarto trimestre de 2014, a ANP aprovou o Plano de Avaliação de Descoberta (PAD) do Bloco BM-J-2. O bloco está localizado em águas rasas da Bacia de Jequitinhonha, e a QGEP é a operadora com 100% de participação. No âmbito deste Plano, a QGEP compromete-se a realizar o reprocessamento sísmico e a reinterpretação geológica do Bloco. Essas atividades deverão ser concluídas até o final do exercício a findar em 31 de dezembro de 2015, quando se

tomará a decisão sobre os próximos passos do projeto. O PAD relacionado à Notificação de Descoberta protocolada na ANP em agosto de 2013 foi baseado na identificação de potenciais zonas de interesse na seção pré-sal do poço Alto de Canavieiras (1-QG-5A-BAS). Veja nota de eventos subsequentes (nota explicativa 31), divulgando a baixa do Bloco BM-J-2 em 21 de dezembro de 2015, em função de sua inviabilidade comercial.

Na Concessão BM-S-8 tivemos no primeiro semestre de 2015 a perfuração do poço Carcará Norte (3-SPS-105), localizado aproximadamente a 5 km do poço descobridor. Esse poço comprovou as previsões e mostrou uma expressiva coluna de petróleo e gás, em reservatórios conectados do pré-sal. Pelos dados de pressões, comprova-se que esse poço está na mesma acumulação do poço Carcará (1-SPS-86B). A mesma sonda que perfurou esse poço vai perfurar o Carcará NW (3-SPS-104DA) e ainda no segundo semestre de 2015 deveremos ter a confirmação da continuidade desse campo para essa área. O poço Carcará Norte deverá ser testado ainda nesse segundo semestre, para a caracterização de sua produtividade e das características do óleo dessa acumulação.

O Bloco BS-4 engloba os Campos de Atlanta e Oliva, cujo desenvolvimento já está em andamento. O Campo de Atlanta é um campo de óleo do pós-sal, localizado no Bloco BS-4, a 17 km do Campo de Oliva. No primeiro semestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os dois primeiros poços horizontais do Sistema de Produção Antecipada (SPA) no Campo de Atlanta foram perfurados e completados. Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram assinados os contratos de afretamento e operação da unidade de produção (FPSO - unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência) Petrojarl I para desenvolver o Campo por meio do SPA. O navio contratado está sendo adaptado, na Holanda, de acordo com nossas especificações, com previsão de entrega no Campo no primeiro semestre de 2016 e início de produção em meados do mesmo ano. O CAPEX total estimado para o SPA é de USD 733 milhões, sendo USD 220 milhões líquidos para a QGEP. Este montante é referente a um sistema com três poços produtores, com opção de perfuração do terceiro poço em meados de 2016. Até 30 de junho de 2015, a QGEP já havia desembolsado USD 139 milhões do CAPEX total do SPA.

Já o Plano de Desenvolvimento (PD) do Campo de Oliva, aprovado em 21 de agosto de 2013, prevê a perfuração de um poço de Aquisição de Dados de Reservatório no exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, seguido de um teste de forma a comprovar a estimativa de reservas e a tomada de decisão para o modelo de desenvolvimento do Campo.

As concessões adquiridas na 11ª rodada de licitação da ANP, nas bacias da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Ceará, Pernambuco-Paraíba e Espírito Santo, estão em fase de aquisição ou de processamento da sísmica 3D. O total acumulado gasto até 30 de junho de 2015 é de R\$24.862. A programação para perfuração de poços, onde temos o compromisso no primeiro período, deverá ocorrer nos exercícios de 2017 e 2018.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações financeiras trimestrais consolidadas e individuais sendo rerepresentadas estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais da Companhia compreendem:

- As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB;

As práticas contábeis adotadas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como aquelas emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras trimestrais sendo reapresentadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As informações financeiras trimestrais da QGEP estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo encontra-se descrito nos tópicos abaixo:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As informações financeiras trimestrais consolidadas incluem as informações financeiras trimestrais da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o período estão incluídos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, conforme aplicável.

Nas informações financeiras trimestrais individuais da Companhia as informações financeiras trimestrais das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as informações financeiras trimestrais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações financeiras trimestrais consolidadas, exceto o investimento em sua joint venture.

Participações da Companhia em controladas

As informações financeiras trimestrais da Companhia, em 30 de junho de 2015, compreendem as informações financeiras de suas controladas diretas e indiretas, utilizando a mesma data base:

	<u>País de operação</u>	<u>Controle</u>	<u>Porcentagem de participação - %</u>	
			<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
QGEP	Brasil	Direto	100%	100%
QGEP International	Áustria	Direto	100%	100%
QGEP B.V.	Holanda	Indireto	100%	100%

2.4. Participações em negócios em conjunto (“*joint venture*”)

Uma “*joint venture*” é um acordo contratual através do qual uma Companhia exerce uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “*joint venture*” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de “*joint venture*” que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

A controlada indireta QGEP B.V. apresenta participação em entidade controlada em conjunto nas suas informações financeiras trimestrais usando o método de equivalência patrimonial.

Participações da Companhia em negócios em conjunto

	<u>País de operação</u>	<u>Controle</u>	<u>Tipo de negócio</u>	<u>Porcentagem de participação - %</u>	
				<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
AFBV	Holanda	Indireto	Negócios em conjunto (<i>Joint venture</i>)	30%	30%

2.5. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera em um único segmento, exploração e produção (E&P) de óleo e gás. Adicionalmente, a receita líquida de vendas é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória e de desenvolvimento. Uma vez utilizados, esses materiais são reclassificados de estoque para imobilizado. Os estoques de materiais são registrados ao custo de aquisição e ajustados, quando aplicável, ao valor de sua realização (Nota explicativa 7).

2.8. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.9. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “Exploration for and evaluation of mineral resources”.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade não foram concluídas permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (“dryhole”) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás.
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).

- Para transações de *farm-in* em que a Companhia tem efetuado contratos para suportar financeiramente gastos exploratórios do parceiro que procedeu a venda de participação nos blocos exploratórios (“*Farmor*”) e/ou “carrego”: esses gastos compromissados são refletidos nos registros contábeis quando do respectivo progresso dos futuros gastos exploratórios.

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração e desenvolvimento de produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com o campo de Manati vêm sendo amortizados, por ser o único campo em fase de produção no momento.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos e financiamentos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do período.

O Grupo apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

Para os ativos em desenvolvimento e produção, a Companhia avalia a necessidade de impairment dos mesmos através do método dos fluxos de caixa esperados pela vida útil estimada de cada ativo e compara o valor presente dos mesmos com o seu valor contábil. Premissas como reservas, câmbio, taxa de desconto e preço do barril são considerados no modelo de teste de impairment.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da perfuração do poço após a declaração de comercialidade de cada campo e tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área e também quando exista possibilidade de mensurar os gastos com razoável segurança, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota explicativa 16). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados, quando aplicável. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do período (resultado financeiro líquido).

2.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) e os critérios definidos na nota explicativa 2.9, os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Sendo aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 30 de junho de 2015, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

2.12. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (Nota explicativa 15).

2.13. Obrigações legais

Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Impostos e contribuições a recolher, subgrupo obrigações legais”, no passivo não circulante, líquido dos depósitos judiciais correspondentes.

2.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

2.15. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações financeiras trimestrais. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração.

2.16. Incentivos fiscais

2.16.1. Federais

Por possuir o Campo de Manati que está localizada na área de abrangência da Sudene, a QGEP, detém, o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no Lucro da Exploração durante 10 (dez) anos, começando a usufruir deste benefício desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Na investida operacional QGEP, o valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

Nas subvenções de investimento é necessário observar as restrições previstas no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

2.16.2. Estaduais

De acordo com o Decreto 13.844/12, do Governo da Bahia, a QGEP usufrui de um crédito presumido de 20% (vinte por cento) do imposto estadual incidente - ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas saídas de gás natural por estar realizando um investimento em unidade de compressão com o objetivo de viabilizar a manutenção da produção. Este benefício irá perdurar até 2022.

Na investida operacional QGEP, esta subvenção para investimento do ICMS é registrada na rubrica “impostos incidentes sobre as vendas” e posteriormente, quando do encerramento do exercício, é destinada a rubrica de “Reservas de capital - incentivos fiscais - subvenção para investimentos” no patrimônio líquido.

Nas subvenções de investimento é necessário observar as restrições previstas no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

2.17. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota explicativa nº 24iii.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do período durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos.

O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações”.

2.18. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.19. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.20. Ativos financeiros

Os ativos financeiros do Grupo estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

2.20.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB/CDI (pós-fixado), debêntures compromissadas e fundo de investimento exclusivo) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2.20.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O Grupo possui caixa restrito e aplicação financeira classificados nesta categoria.

2.20.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. O Grupo possui contas a receber, caixa e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) classificados nesta categoria.

2.20.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.21. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

2.21.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. O Grupo possui empréstimos e financiamentos classificados nesta categoria.

2.21.2. Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

2.22. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP assim como de sua controlada brasileira QGEP, em operação, utilizada na preparação das informações financeiras trimestrais, é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. A controlada indireta sediada na Holanda, a controlada direta sediada na Áustria e a controlada em conjunto, também sediada na Holanda, utilizam o dólar norte americano (US\$) como moeda funcional. As informações financeiras trimestrais das controladas e controlada em conjunto são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da QGEPP.

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02 (R2):

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo).

2.22.1. Conversão de moeda estrangeira

As informações financeiras trimestrais consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão.

2.23. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras trimestrais individuais e como informação suplementar às informações financeiras trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.24. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.25. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico/ diluído é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no período.

2.26. Novas normas, alterações e interpretações

- a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes com adoção inicial a partir de 1º de janeiro de 2015.

As normas a seguir relacionadas, referentes às informações do Grupo, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015 ou em períodos subsequentes.

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os períodos sociais a serem iniciados em ou após</u>
IAS 19 / CPC 33 (R1)	Benefícios a empregados	1º de julho de 2014

- b) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo.

O Grupo não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações, referentes às suas operações, que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os períodos sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 9 / CPC 14	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de janeiro de 2018
IFRS 14	Contas de diferimento regulatório	1º de janeiro de 2016
IFRS 15	Receita de contrato com clientes	1º de janeiro de 2017

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IFRS, mas existe a expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. Exceto para o IFRS 14 que a Administração entende não ser aplicável às operações da QGEP, a Companhia está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos.

2.27. CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro.

A Administração da Companhia identificou a necessidade de rerepresentar as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referentes aos trimestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014, aprovadas em 10 de agosto de 2015 e 11 de agosto de 2014, respectivamente.

A rerepresentação tem como objetivo retificar os efeitos do reconhecimento contábil da remensuração da provisão de abandono, quando aplicável, a luz da interpretação do CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) e ICPC12 (Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares).

As alterações nas informações financeiras trimestrais ora apresentadas decorrem dos efeitos dos registros contábeis da variação cambial da moeda norte americana, uma das premissas utilizadas na remensuração da provisão para abandono de áreas em desenvolvimento e áreas produtoras de hidrocarbonetos. O efeito da referida variação cambial vinha sendo registrado contabilmente como resultado financeiro líquido e ora

passa a ser registrado em contrapartida ao ativo imobilizado nas informações financeiras referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015 e nas informações financeiras trimestrais comparativas que estão sendo rerepresentadas (referente ao trimestres findo em 30 de junho de 2014).

Os reflexos contábeis no consolidado decorrentes do registro da variação cambial no ativo imobilizado, recálculo de depreciação/amortização e remensuração das despesas de imposto de renda e contribuição social/ impostos e contribuições a recuperar, bem como os reflexos contábeis na controladora nas rubricas de investimentos no ativo não circulante e no resultado de equivalência patrimonial em investida, estão sendo rerepresentados conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro.

a) Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2015, 31 de dezembro de 2014 e de 2013 rerepresentados:

ATIVO	Controladora		
	<u>31/12/2013</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2013</u> (Reapresentado)
<u>Circulante</u>			
Ativos circulantes	<u>4.608</u>	=	<u>4.608</u>
Total do ativo circulante	<u>4.608</u>	=	<u>4.608</u>
<u>Não circulante</u>			
Investimentos	2.404.666	32.407	2.437.073
Outros ativos não circulantes	-	-	-
Total do ativo não circulante	<u>2.404.666</u>	<u>32.407</u>	<u>2.437.073</u>
Total do ativo	<u>2.409.274</u>	<u>32.407</u>	<u>2.441.681</u>
Passivo e patrimônio líquido			
<u>Circulante</u>			
Passivos circulantes	<u>217</u>	=	<u>217</u>
Total do passivo circulante	<u>217</u>	=	<u>217</u>
Passivos não circulantes	=	=	=
Total do passivo não circulante	=	=	=
Total do patrimônio líquido	<u>2.409.057</u>	<u>32.407</u>	<u>2.441.464</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.409.274</u>	<u>32.407</u>	<u>2.441.681</u>

ATIVO	Consolidado		
	31/12/2013 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2013 (Reapresentado)
<u>Circulante</u>			
Impostos e contribuições a recuperar	<u>10.380</u>	<u>1.711</u>	<u>12.091</u>
Ativos circulantes	<u>1.273.843</u>	=	<u>1.273.843</u>
Total do ativo circulante	<u>1.284.223</u>	<u>1.711</u>	<u>1.285.934</u>
<u>Não circulante</u>			
Imobilizado	1.083.459	30.696	1.114.155
Outros ativos não circulantes	<u>671.639</u>	=	<u>671.639</u>
Total do ativo não circulante	<u>1.755.098</u>	<u>30.696</u>	<u>1.785.794</u>
Total do ativo	<u>3.039.321</u>	<u>32.407</u>	<u>3.071.728</u>
Passivo e patrimônio líquido			
<u>Circulante</u>			
Passivos circulantes	<u>233.704</u>	=	<u>233.704</u>
Total do passivo circulante	<u>233.704</u>	=	<u>233.704</u>
Passivos não circulantes	<u>396.560</u>	=	<u>396.560</u>
Total do passivo não circulante	<u>396.560</u>	=	<u>396.560</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.409.057</u>	<u>32.407</u>	<u>2.441.464</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.039.321</u>	<u>32.407</u>	<u>3.071.728</u>

ATIVO	Controladora		
	31/12/2014 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2014 (Reapresentado)
<u>Circulante</u>			
Ativos circulantes	<u>6.200</u>	=	<u>6.200</u>
Total do ativo circulante	<u>6.200</u>	=	<u>6.200</u>
<u>Não circulante</u>			
Investimentos	2.522.772	61.176	2.583.948
Outros ativos não circulantes	<u>1</u>	=	<u>1</u>
Total do ativo não circulante	<u>2.5.22.773</u>	<u>61.176</u>	<u>2.583.949</u>
Total do ativo	<u>2.528.973</u>	<u>61.176</u>	<u>2.590.149</u>
Passivo e patrimônio líquido			
<u>Circulante</u>			
Passivos circulantes	<u>145</u>	=	<u>145</u>
Total do passivo circulante	<u>145</u>	=	<u>145</u>
Passivos não circulantes	=	=	=
Total do passivo não circulante	=	=	=
Total do patrimônio líquido	<u>2.528.828</u>	<u>61.176</u>	<u>2.590.004</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.528.973</u>	<u>61.176</u>	<u>2.590.149</u>

ATIVO	Consolidado		
	31/12/2014 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2014 (Reapresentado)
<u>Circulante</u>			
Impostos e contribuições a recuperar	33.692	3.943	37.635
Ativos circulantes	<u>1.306.023</u>	=	<u>1.306.023</u>
Total do ativo circulante	<u>1.339.715</u>	<u>3.943</u>	<u>1.343.658</u>
<u>Não circulante</u>			
Imobilizado	1.121.384	57.233	1.178.617
Outros ativos não circulantes	<u>709.963</u>	=	<u>709.963</u>
Total do ativo não circulante	<u>1.831.347</u>	<u>57.233</u>	<u>1.888.580</u>
Total do ativo	<u>3.171.062</u>	<u>61.176</u>	<u>3.232.238</u>
Passivo e patrimônio líquido			
<u>Circulante</u>			
Passivos circulantes	<u>110.607</u>	=	<u>110.607</u>
Total do passivo circulante	<u>110.607</u>	=	<u>110.607</u>
<u>Não circulante</u>			
Passivos não circulantes	<u>531.627</u>	=	<u>531.627</u>
Total do passivo não circulante	<u>531.627</u>	=	<u>531.627</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.528.828</u>	<u>61.176</u>	<u>2.590.004</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.171.062</u>	<u>61.176</u>	<u>3.232.238</u>
ATIVO	Controladora		
	30/06/2015 (originalmente apresentado)	Ajustes	30/06/2015 (Reapresentado)
<u>Circulante</u>			
Ativos circulantes	<u>5.459</u>	=	<u>5.459</u>
Total do ativo circulante	<u>5.459</u>	=	<u>5.459</u>
<u>Não circulante</u>			
Investimentos	<u>2.590.688</u>	<u>97.843</u>	<u>2.688.531</u>
Outros ativos não circulantes	=	=	=
Total do ativo não circulante	<u>2.590.688</u>	<u>97.843</u>	<u>2.688.531</u>
Total do ativo	<u>2.596.147</u>	<u>97.843</u>	<u>2.693.990</u>
Passivo e patrimônio líquido			
<u>Circulante</u>			
Passivos circulantes	<u>156</u>	=	<u>156</u>
Total do passivo circulante	<u>156</u>	=	<u>156</u>
Passivos não circulantes	=	=	=
Total do passivo não circulante	=	=	=
Total do patrimônio líquido	<u>2.595.991</u>	<u>97.843</u>	<u>2.693.834</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.596.147</u>	<u>97.843</u>	<u>2.693.990</u>

ATIVO	Consolidado		
	30/06/2015 (originalmente apresentado)	Ajustes	30/06/2015 (Reapresentado)
<u>Circulante</u>			
Impostos e contribuições a recuperar	<u>27.435</u>	<u>3.943</u>	<u>31.378</u>
Ativos circulantes	<u>27.435</u>	<u>3.943</u>	<u>31.378</u>
Total do ativo circulante	<u>27.435</u>	<u>3.943</u>	<u>31.378</u>
<u>Não circulante</u>			
Imobilizado	<u>1.129.926</u>	<u>88.192</u>	<u>1.218.118</u>
Outros ativos não circulantes	<u>895.381</u>	<u>-</u>	<u>895.381</u>
Total do ativo não circulante	<u>2.025.307</u>	<u>88.192</u>	<u>2.113.499</u>
Total do ativo	<u>3.463.587</u>	<u>92.136</u>	<u>3.555.723</u>
Passivo e patrimônio líquido			
<u>Circulante</u>			
Passivos circulantes	<u>192.490</u>	<u>(5.707)</u>	<u>186.783</u>
Total do passivo circulante	<u>192.190</u>	<u>(5.707)</u>	<u>186.783</u>
Passivos não circulantes	<u>675.106</u>	<u>-</u>	<u>675.106</u>
Total do passivo não circulante	<u>675.106</u>	<u>-</u>	<u>675.106</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.595.991</u>	<u>97.843</u>	<u>2.693.834</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.463.587</u>	<u>92.136</u>	<u>3.555.723</u>

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão sendo divulgados com o objetivo de atender a CPC 23.

b) Demonstrações dos resultados do período findo em 30 de junho de 2015 e de 2014 reapresentadas:

	Controladora		
	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (Reapresentado)
Receita líquida	-	=	-
Custos de mercadorias vendidas	-	-	-
Lucro Bruto	-	-	-
Receitas / despesas operacionais	53.473	(7.359)	46.114
Resultado operacional antes do resultado financeiro	53.473	(7.359)	46.114
Resultado financeiro líquido	86	-	86
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	53.558	(7.359)	46.200
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-
Lucro líquido do período	<u>53.558</u>	(7.359)	<u>46.200</u>
Resultado líquido do período por ação	0,21	=	<u>0,18</u>

	Controladora		
	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (Reapresentado)
Receita líquida	-	=	-
Custos de mercadorias vendidas	-	-	-
Lucro Bruto	-	-	-
Receitas / despesas operacionais	<u>68.436</u>	<u>(29.625)</u>	<u>38.811</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro	<u>68.436</u>	<u>(29.625)</u>	<u>38.811</u>
Resultado financeiro líquido	<u>143</u>	=	<u>143</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>68.579</u>	<u>(29.625)</u>	<u>38.954</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-
Lucro líquido do período	<u>68.579</u>	(29.625)	<u>38.954</u>
Resultado líquido do período por ação	<u>0,26</u>	=	<u>0,15</u>

	Controladora		
	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (Reapresentado)
Receita líquida	-	=	-
Custos de mercadorias vendidas	-	-	-
Lucro Bruto	-	-	-
Receitas / despesas operacionais	78.544	(16.793)	61.751
Resultado operacional antes do resultado financeiro	78.544	(16.793)	61.751
Resultado financeiro líquido	115	-	115
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	78.658	(16.793)	61.865
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-
Lucro líquido do período	78.658	(16.793)	61.865
Resultado líquido do período por ação	0,30	=	<u>0,23</u>

	Consolidado		
	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (Reapresentado)
Receita líquida	126.165	=	126.165
Custos de mercadorias vendidas	(59.129)	(1.182)	(60.311)
Lucro Bruto	67.036	(1.182)	65.854
Receitas / despesas operacionais	(28.765)	-	(28.765)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	38.270	(1.182)	37.088
Resultado financeiro líquido	20.585	(6.177)	14.408
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	58.855	(7.359)	51.497
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.509)	-	(3.509)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.788)	-	(1.788)
Lucro líquido do período	<u>53.558</u>	(7.359)	<u>46.200</u>

	Consolidado		
	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (Reapresentado)
Receita líquida	<u>124.581</u>	-	<u>124.581</u>
Custos de mercadorias vendidas	<u>(56.837)</u>	<u>(6.562)</u>	<u>(63.399)</u>
Lucro Bruto	<u>67.744</u>	<u>(6.562)</u>	<u>61.182</u>
Receitas / despesas operacionais	<u>(28.488)</u>	-	<u>(28.488)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro	<u>39.256</u>	<u>(6.562)</u>	<u>32.694</u>
Resultado financeiro líquido	<u>36.434</u>	<u>(19.957)</u>	<u>16.477</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>75.690</u>	<u>(26.519)</u>	<u>49.171</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(8.130)</u>	<u>(3.106)</u>	<u>(11.236)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>1.019</u>	-	<u>1.019</u>
Lucro líquido do período	<u>68.579</u>	<u>(29.625)</u>	<u>38.954</u>
Resultado líquido do período por ação	<u>0,26</u>	-	<u>0,15</u>

	Consolidado		
	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (Reapresentado)
Receita líquida	253.470	-	253.470
Custos de mercadorias vendidas	(116.933)	(2.838)	(119.771)
Lucro Bruto	136.537	(2.838)	133.699
Receitas / despesas operacionais	(76.455)	-	(76.455)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	60.083	(2.838)	57.244
Resultado financeiro líquido	40.697	(13.955)	26.743
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	100.780	(16.793)	83.987
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.509)	-	(3.509)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.613)	-	(18.613)
Lucro líquido do período	<u>78.658</u>	(16.793)	<u>61.865</u>

	Controladora		
	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (Reapresentado)
Receita líquida	-	=	-
Custos de mercadorias vendidas	-	-	-
Lucro Bruto	-	-	-
Receitas / despesas operacionais	97.264	36.666	133.930
Resultado operacional antes do resultado financeiro	97.264	36.666	133.930
Resultado financeiro líquido	215	-	215
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	97.479	36.666	134.145
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-
Lucro líquido do período	97.479	36.666	134.145
Resultado líquido do período por ação	0,37	=	0,50

	Consolidado		
	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (Reapresentado)
Receita líquida	250.565	=	250.565
Custos de mercadorias vendidas	(113.509)	(11.937)	(125.446)
Lucro Bruto	137.056	(11.937)	125.119
Receitas / despesas operacionais	(53.281)	-	(53.281)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	83.775	(11.937)	71.838
Resultado financeiro líquido	66.232	42.896	109.128
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	150.007	30.959	180.966
Imposto de renda e contribuição social correntes	(38.645)	5.707	(32.938)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.883)	-	(13.883)
Lucro líquido do período	<u>97.479</u>	36.666	<u>134.145</u>

c) Demonstração do resultado abrangente para o período findo em 30 de junho de 2015 e de 2014 reapresentada:

	Controladora e consolidado		
	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do período	<u>53.558</u>	(7.359)	46.199
Outros resultados abrangentes			
Ajustes acumulados de conversão de empresas no Exterior	(624)	=	(624)
Resultado abrangente do período	<u>52.934</u>	(7.359)	<u>45.575</u>

	Controladora e consolidado		
	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do período	78.658	(16.793)	61.865
Outros resultados abrangentes			
Ajustes acumulados de conversão de empresas no Exterior	(1.460)	=	(1.460)
Resultado abrangente do período	<u>77.198</u>	(16.793)	<u>60.405</u>

	Controladora e consolidado		
	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do período	68.579	(29.625)	38.954
Outros resultados abrangentes			
Ajustes acumulados de conversão de empresas no Exterior	(1.898)	=	(1.898)
Resultado abrangente do período	<u>66.681</u>	(29.625)	<u>37.056</u>

	Controladora e consolidado		
	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do período	97.479	36.666	134.145
Outros resultados abrangentes			
Ajustes acumulados de conversão de empresas no Exterior	<u>5.000</u>	=	5.000
Resultado abrangente do período	<u>102.479</u>	36.666	<u>139.145</u>

- d) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014 e para os períodos findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 reapresentada:

	Controladora e consolidado		
	<u>31/12/2013</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2013</u> (Reapresentado)
Capital social	2.078.116	-	2.078.116
Reservas de capital	(39.873)	-	(39.873)
Reservas de lucros	368.623	32.407	401.030
Outros resultados abrangentes	2.191	-	2.191
Total	<u>2.409.057</u>	<u>32.407</u>	<u>2.441.464</u>

	Controladora e consolidado		
	<u>31/12/2014</u> (originalmente apresentados)	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2014</u> (Reapresentado)
Capital social	2.078.116	-	2.078.116
Reservas de capital	(49.375)	-	(49.375)
Reservas de lucros	494.677	61.176	555.853
Outros resultados abrangentes	<u>5.410</u>	-	<u>5.410</u>
Total	<u>2.528.828</u>	<u>61.176</u>	<u>2.590.004</u>

	Controladora e consolidado		
	<u>30/06/2014</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>30/06/2014</u> (Reapresentado)
Capital social	2.078.116	-	2.078.116
Reservas de capital	(53.392)	-	(53.392)
Reservas de lucros	328.623	32.407	361.030
Outros resultados abrangentes	731	-	731
<u>Lucro líquido do período</u>	<u>78.658</u>	<u>(16.793)</u>	<u>61.865</u>
Total	<u>2.432.736</u>	15.615	<u>2.448.351</u>

	Controladora e consolidado		
	<u>30/06/2015</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>30/06/2015</u> (Reapresentado)
Capital social	2.078.116	-	2.078.116
Reservas de capital	(46.015)	-	(46.015)
Reservas de lucros	456.001	61.176	517.177
Outros resultados abrangentes	10.410	-	10.410
<u>Lucro líquido do período</u>	<u>97.479</u>	<u>36.666</u>	<u>134.145</u>
Total	<u>2.595.991</u>	97.842	<u>2.693.833</u>

e) Demonstração do fluxo de caixa para período findo em 30 de junho de 2015 e de 2014 reapresentada:

	Controladora		
	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (Reapresentado)
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do período	78.658	(16.793)	61.865
Ajustes em:			
Equivalência patrimonial	(80.600)	16.793	(63.807)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Ativos operacionais	(42)	-	(42)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Passivos operacionais	(11)	-	(11)
Caixa líquido gerado pelas operações	<u>(1.995)</u>	=	(1.995)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>60.280</u>	-	60.280
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(58.507)	-	(58.507)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>268</u>	=	268
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>46</u>	=	46
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(222)</u>	=	(222)
	Consolidado		
	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (Reapresentado)
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	78.658	(16.793)	61.865
Ajustes em:			
Equivalência patrimonial	582	-	582
Amortização e depreciação	58.050	2.838	60.888
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.613	-	18.613
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	1.713	-	1.713
Baixa de imobilizado / intangível	31.894	-	31.894
Despesa com plano de opção de ação	4.988	-	4.988
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(3.509)	-	(3.509)
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	2.280	-	2.280
Variação cambial sobre contas a pagar aquisição de bloco exploratório	(4.022)	13.955	9.933
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Ativos operacionais	44.780	-	44.780
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Passivos operacionais	<u>(103.331)</u>	=	<u>(103.331)</u>
Caixa líquido gerado pelas operações	<u>130.696</u>	=	<u>130.696</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(212.059)</u>	=	<u>(212.059)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(58.507)	-	(58.507)
Variação cambial sobre caixas e equivalentes	<u>(1.460)</u>	-	<u>(1.460)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>357.765</u>	=	<u>357.765</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>216.435</u>	=	<u>216.435</u>
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(141.330)</u>	=	<u>(141.330)</u>

	Controladora		
	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (Reapresentado)
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do período	97.479	36.666	134.145
Ajustes em:			
Equivalência patrimonial	(99.635)	36.666	(136.301)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Ativos operacionais	3.189	-	3.189
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Passivos operacionais	9	-	9
Caixa líquido gerado pelas operações	<u>(1.042)</u>	=	<u>(1.042)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>37.713</u>	-	<u>37.713</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(38.676)	-	(38.676)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>1</u>	=	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>81</u>	=	<u>81</u>
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>80</u>	=	<u>80</u>

	Consolidado		
	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (Reapresentado)
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	97.479	36.666	134.145
Ajustes em:			
Equivalência patrimonial	395	-	395
Amortização e depreciação	56.718	11.937	68.655
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.883	-	13.883
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	6.344	-	6.344
Baixa de imobilizado / intangível	139	-	139
Despesa com plano de opção de ação	3.360	-	3.360
Provisão para imposto de renda e contribuição social	38.645	-	38.645
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	2.242	-	2.242
Variação cambial sobre contas a pagar aquisição de bloco exploratório	40.878	(42.896)	(2.018)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Ativos operacionais	(49.489)	(5.707)	(55.195)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Passivos operacionais	<u>29.112</u>	=	<u>29.112</u>
Caixa líquido gerado pelas operações	<u>239.706</u>	=	<u>239.706</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(253.727)</u>	=	<u>(253.727)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(79.159)	-	(79.159)
Variação cambial sobre caixas e equivalentes	<u>(5.000)</u>	-	<u>(5.000)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>117.191</u>	=	<u>117.191</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>187.329</u>	=	<u>187.329</u>
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>70.138</u>	=	<u>70.138</u>

f) Demonstração do valor adicionado para o período findo em 30 de junho de 2015 e de 2014 reapresentada:

	Controladora		
	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (Reapresentado)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	<u>613</u>	-	<u>613</u>
Valor (utilizado) adicionado bruto	<u>(613)</u>	=	<u>(613)</u>
Valor adicionado líquido produzido (utilizado) pela entidade	(613)	-	(613)
Valor adicionado recebido em transferência	80.716	<u>(16.793)</u>	63.923
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	80.600	<u>(16.793)</u>	63.807
Receitas financeiras	116	-	116
Valor adicionado total a distribuir	<u>80.103</u>	<u>(16.793)</u>	<u>63.310</u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal	1.203	-	1.203
Impostos, taxas e contribuições:	228	-	228
Remuneração de capitais de terceiros	<u>14</u>	-	<u>14</u>
Remuneração de capitais próprios	<u>78.658</u>	<u>(16.793)</u>	<u>61.865</u>
Resultado líquido do período	<u>78.658</u>	<u>(16.793)</u>	<u>61.865</u>
Valor adicionado distribuído	<u>80.103</u>	<u>(16.793)</u>	<u>63.310</u>
	Consolidado		
	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (Reapresentado)
Receitas	<u>371.765</u>	-	<u>371.765</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	136.836	-	136.836
Valor (utilizado) adicionado bruto	<u>234.929</u>	=	<u>234.929</u>
Depreciação, amortização e exaustão	<u>58.050</u>	<u>2.838</u>	<u>60.888</u>
Valor adicionado líquido produzido (utilizado) pela entidade	176.879	<u>2.838</u>	174.041
Valor adicionado recebido em transferência	26.306	-	26.306
Valor adicionado total a distribuir	<u>203.185</u>	<u>2.838</u>	<u>200.347</u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal	27.458	-	27.458
Impostos, taxas e contribuições	108.737	-	108.737
Remuneração de capitais de terceiros			
Outros	2.287	-	2.287
Variação monetária / cambial	<u>(13.955)</u>	<u>13.955</u>	-
	<u>(11.668)</u>	<u>13.955</u>	<u>2.287</u>
Remuneração de capitais próprios	<u>78.658</u>	<u>(16.793)</u>	<u>61.866</u>
Resultado líquido do período	<u>78.658</u>	<u>(16.793)</u>	<u>61.866</u>
Valor adicionado distribuído	<u>203.185</u>	<u>(2.838)</u>	<u>200.347</u>

	Controladora		
	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (Reapresentado)
Valor (utilizado) adicionado bruto	(625)	-	(625)
Valor adicionado líquido produzido (utilizado) pela entidade	(625)	-	(625)
Valor adicionado recebido em transferência	99.852	36.666	136.518
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	99.635	36.666	136.301
Receitas financeiras	217	-	217
Valor adicionado total a distribuir	<u>99.227</u>	<u>36.666</u>	<u>135.893</u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal	1.467	-	1.467
Impostos, taxas e contribuições:	279	-	279
Remuneração de capitais de terceiros	<u>2</u>	-	<u>2</u>
Remuneração de capitais próprios	<u>97.479</u>	<u>36.666</u>	<u>134.145</u>
Resultado líquido do período	<u>97.479</u>	<u>36.666</u>	<u>134.145</u>
Valor adicionado distribuído	<u>99.227</u>	<u>36.666</u>	<u>135.893</u>

	Consolidado		
	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (originalmente apresentado)	<u>Ajustes</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u> (Reapresentado)
Valor (utilizado) adicionado bruto	<u>254.281</u>	-	<u>254.281</u>
Depreciação, amortização e exaustão	<u>56.809</u>	<u>11.937</u>	<u>68.746</u>
Valor adicionado líquido produzido (utilizado) pela entidade	197.472	<u>11.937</u>	185.535
Valor adicionado recebido em transferência	111.924	-	111.924
Valor adicionado total a distribuir	<u>309.396</u>	<u>11.937</u>	<u>297.459</u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal	26.111	-	26.111
Impostos, taxas e contribuições	138.262	(5.707)	132.555
Remuneração de capitais de terceiros			
Outros	2.054	-	2.054
Varição monetária / cambial	<u>45.490</u>	<u>(42.896)</u>	<u>2.594</u>
	<u>47.544</u>	<u>(42.896)</u>	<u>4.648</u>
Remuneração de capitais próprios	<u>97.479</u>	<u>36.666</u>	<u>134.145</u>
Resultado líquido do período	<u>97.479</u>	<u>36.666</u>	<u>134.145</u>
Valor adicionado distribuído	<u>309.396</u>	<u>11.937</u>	<u>297.460</u>

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social, a avaliação de instrumentos financeiros e determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

3.1.1. Investimentos mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2015 é de R\$63.013 (caixa restrito). Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na Nota explicativa nº 9.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, incluindo valor justo de opção de compra de ações. As notas explicativas 23 e 24 oferecem informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota explicativa 2.9, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o período, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como diferenças temporais, são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas às taxas de câmbio, volume de produção, gastos exploratórios e compromissos e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual.

3.2.4. Provisão para processos judiciais

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das informações financeiras trimestrais é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado (nota explicativa 15). Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados.

Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

3.2.5. Estimativas das reservas provadas e de reservas prováveis (amortização de ativo imobilizado e intangível, provisão para abandono e análises de impairment)

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis estimadas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas informações financeiras trimestrais como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (Nota explicativa 2.9), de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment* nos ativos de exploração e produção.

A metodologia de cálculo dessa provisão de abandono consiste em estimar na data base de apresentação quanto a Companhia desembolsaria com gastos inerentes a desmantelamento das áreas em desenvolvimento e produção naquele momento.

Esta provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados prospectivamente. Revisões das estimativas na provisão de abandono são reconhecidas prospectivamente como custo do imobilizado, sendo os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) considerados no modelo de apuração da obrigação futura, alocadas diretamente no resultado (Nota explicativa 16).

Os gastos de exploração (gastos com perfurações bem sucedidos ou em avaliação) e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na Nota explicativa 2.9. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção são baseadas no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejada pelo comitê de operações do consórcio.

3.2.6. Provisão para participação nos lucros

A participação no lucro e resultado paga aos colaboradores (incluindo pessoal chave) é baseado na realização de métricas de desempenho, indicadores financeiros e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do período com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e depósitos bancários	81	1	30.599	17.444
CDB's e time deposit	-	-	124.731	69.548
Fundo de investimento exclusivo	-	-	<u>31.999</u>	<u>30.199</u>
Total	<u>81</u>	<u>1</u>	<u>187.329</u>	<u>117.191</u>

O caixa e equivalente de caixa estão concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB), operações compromissadas (lastro em debêntures) e investimentos em fundo exclusivo, com alta liquidez e time deposit de curto prazo, atreladas ao dólar americano (na investida QGEP B.V.). Com exceção dos *time deposit*, a rentabilidade está indexada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

Composição do fundo de investimento exclusivo:

<u>Produto</u>	Consolidado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
CDB/ CDI (pós-fixados)	<u>31.999</u>	<u>30.199</u>
Títulos classificados em equivalentes de caixa	<u>31.999</u>	<u>30.199</u>

b) Aplicações financeiras (circulante e não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Operações Compromissadas (a)	5.263	2.897	129.276	-
Fundo cambial	-	-	335.371	285.176
Fundo de investimento exclusivo	-	-	<u>650.480</u>	<u>726.241</u>
Total	<u>5.263</u>	<u>2.897</u>	<u>1.115.127</u>	<u>1.011.417</u>
Circulante	<u>5.263</u>	<u>2.897</u>	<u>991.114</u>	<u>1.011.417</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>124.013</u>	<u>-</u>

(a) O valor de R\$124.013 classificado como ativo não circulante refere-se a aplicação financeira categorizada pela Companhia como mantida para vencimento e lastreada em CDB's com vencimento em 2017, motivo pela classificação como não circulante.

A QGEP possui um fundo de investimento exclusivo multimercado, sem perspectiva de utilização dos recursos em um prazo de 90 dias da data de sua aplicação, que investe em cotas de dois fundos exclusivos de renda fixa lastreados em títulos públicos indexados à variação da Selic, títulos privados indexados à variação da taxa do CDI e um fundo cambial com o objetivo de atender a política de proteção da empresa. As carteiras das aplicações financeiras são compostas pelos títulos e saldos demonstrados abaixo:

<u>Produto</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Operações Compromissadas (debêntures)	197.123	66.900
CDB (pós-fixado CDI)	73.379	86.999
Fundo de investimento exclusivo - Títulos públicos (LFT/NTN)	336.081	344.887
Fundo cambial - Lastro em Títulos públicos (LFT e LTN)	335.371	285.176
Letras Financeiras (*)	<u>173.173</u>	<u>227.455</u>
Títulos classificados em aplicações financeiras	<u>1.115.127</u>	<u>1.011.417</u>

(*) Letras Financeiras dos Bancos Alfa, Banco do Brasil, Banrisul, Bradesco, CEF, HSBC, Itaú, Santander e Votorantim

c) Rentabilidade média

A rentabilidade média dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 101,92% da variação da taxa CDI acumulada do período findo em 30 de junho de 2015 (102,23% em 30 de junho de 2014).

No semestre findo em 30 de junho de 2015, a variação do fundo cambial foi de 17,66% (PTAX 16,81% -benchmark do fundo). No semestre findo em 30 de junho de 2014, a variação do fundo cambial foi de 6,27% negativos (PTAX 5,98% negativos - benchmark do fundo).

5. CONTAS A RECEBER

A QGEP tem um contrato de longo prazo a partir de 2007 (vencimento até junho de 2030) para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual.

Os saldos de contas a receber referem-se basicamente a operações de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

6. CRÉDITOS COM PARCEIROS

Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P que são faturados (“cash calls”) ou a serem faturados aos parceiros não operadores nos respectivos consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores a Companhia nos blocos não operados pela QGEP.

Do montante de R\$68.888 registrados em 30 de junho de 2015, R\$17.351 referem-se à parcela da consorciada OGX Petróleo e Gás S.A. - Recuperação Judicial (denominada “OGX”) e o restante de outros consorciados (R\$51.537). Os montantes em aberto não se encontram vencidos.

Considerando a atual situação da parceira OGX, a qual se encontra em recuperação judicial, a QGEP está monitorando este processo visando a mitigação de riscos eventualmente associados ao cumprimento das obrigações de pagamento e investimentos dessa consorciada. Veja nota de eventos subsequentes (nota explicativa 31), sobre emissão do “cash call” 01/2016 referente às operações do Bloco BS-4.

7. ESTOQUES

	Consolidado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Materiais	<u>54.531</u>	<u>54.477</u>
Total	<u>54.531</u>	<u>54.477</u>

O saldo refere-se basicamente a materiais para consumo necessários à execução da campanha de perfuração exploratória e em desenvolvimento do BS-4.

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, descritas na nota explicativa 11, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Ativo - não circulante</u>		
Contas a receber - AFBV (a)	<u>5.867</u>	<u>4.878</u>
Total	<u>5.867</u>	<u>4.878</u>

	Consolidado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>Passivo - circulante</u>		
Contas a pagar - QGOG (b)	8	8
Contas a pagar - AFBV (c)	<u>384</u>	<u>328</u>
Total	<u>392</u>	<u>336</u>

	Consolidado			
	<u>01/04/2015</u> <u>a 30/06/2015</u>	<u>01/01/2015</u> <u>a 30/06/2015</u>	<u>01/04/2014</u> <u>a 30/06/2014</u>	<u>01/01/2014</u> <u>a 30/06/2014</u>
<u>Resultado</u>				
Despesas gerais e administrativas (b)	(23)	(46)	(18)	(41)
Venda de ativo imobilizado	-	-	-	12
Receita de serviços (a)	2.357	2.357	-	-

(a) Referem-se a serviços de consultoria técnica prestados pela QGEP para AFBV para aquisição pela controlada no exterior de equipamentos *subsea*. Estes valores são pagos em dólar norte-americano. Em caso de atraso do pagamento, multa de 2% e juros de 1% ao mês, *pra rata dia*.

- (b) O montante decorre do rateio de despesas pelo compartilhamento de recursos humanos especializados da Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGOG) para contratação de seguros. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% a.m.
- (c) Referem-se ao contrato de arrendamento de equipamentos subaquáticos celebrados entre a QGEP e a AFBV categorizados como arrendamento operacional. Estes valores são pagos trimestralmente, em dólares norte-americanos.

A Companhia outorgou garantia, em favor da ANP, quanto a todas as obrigações contratuais assumidas pela QGEP nos Contratos de Concessões firmados no âmbito da 11ª Rodada de Licitações, conforme mencionado na nota explicativa 21.

A Companhia possui outorga de fiança para garantir o financiamento de 3 poços exploratórios, da QGEP nos blocos BM-CAL-5, BM-CAL-12 e BM-J-2, localizados no nordeste, contratado junto ao BNB (Banco do Nordeste do Brasil).

A QGEP garante através de aval corporativo os empréstimos contratados pela QGEP da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e do BNB.

8.1. Remuneração dos Administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora			
	<u>01/04/2015</u> <u>a 30/06/2015</u>	<u>01/01/2015</u> <u>a 30/06/2015</u>	<u>01/04/2014</u> <u>a 30/06/2014</u>	<u>01/01/2014</u> <u>a 30/06/2014</u>
Benefícios de curto prazo	905	1.740	765	1.428
	Consolidado			
	<u>01/04/2015</u> <u>a 30/06/2015</u>	<u>01/01/2015</u> <u>a 30/06/2015</u>	<u>01/04/2014</u> <u>a 30/06/2014</u>	<u>01/01/2014</u> <u>a 30/06/2014</u>
Benefícios de curto prazo	2.451	4.403	1.729	3.358
Plano de opção de ações	735	1.637	1.127	2.608

Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de benefícios de aposentadoria descrito na Nota explicativa 27.

9. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aplicação financeira - Garantidoras (a)	16.138	-
Fundo da provisão de abandono (b)	<u>46.875</u>	<u>27.916</u>
Total caixa restrito	<u>63.013</u>	<u>27.916</u>

- (a) Garantia para empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 14.

- (b) O fundo de abandono é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o pagamento da provisão para abandono do Campo de Manati, as quais são administradas pela Petrobras (fundo de abandono - vide nota explicativa 16) e integralmente aplicadas no Banco Bradesco. A rentabilidade do fundo foi de 8,75% no período findo em 30 de junho de 2015 (0,46% pontos percentuais negativos no período findo em 30 de junho de 2014).

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

10.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRRF sobre aplicação financeira	<u>51</u>	<u>25</u>	<u>27</u>
Total	<u>51</u>	<u>25</u>	<u>27</u>
Circulante	<u>51</u>	<u>25</u>	<u>27</u>

	Consolidado		
	<u>30/06/2015</u> (Reapresentado)	<u>31/12/2014</u> (Reapresentado)	<u>31/12/2013</u> (Reapresentado)
Antecipação IR e CS	-	8.652	1.711
IRRF sobre aplicação financeira (a)	18.468	18.169	9.676
Impostos a recuperar (b)	5.056	3.256	426
Crédito PIS/COFINS (c)	<u>10.152</u>	<u>9.722</u>	<u>615</u>
ICMS sobre aquisições de ativo			
Imobilizado	<u>412</u>	<u>490</u>	<u>-</u>
Total	<u>34.088</u>	<u>40.289</u>	<u>12.428</u>
Circulante	<u>31.378</u>	<u>37.636</u>	<u>12.091</u>
Não circulante	<u>2.709</u>	<u>2.654</u>	<u>337</u>

- (a) Em 30 de junho de 2015, refere-se a créditos do sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado “come cotas”.
- (b) Refere-se ao saldo negativo de IRPJ e CSLL, atualizado pela taxa Selic.
- (c) Refere-se a crédito de PIS e COFINS sobre insumos e imobilizado.

10.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		
	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRRF	<u>27</u>	<u>48</u>	<u>42</u>
Total	<u>27</u>	<u>48</u>	<u>42</u>
Circulante	<u>27</u>	<u>48</u>	<u>42</u>

	Consolidado		
	<u>30/06/2015</u> (Reapresentado)	<u>31/12/2014</u> (Reapresentado)	<u>31/12/2013</u> (Reapresentado)
ICMS (a)	4.748	4.739	5.170
Contribuição social (b)	1.340	-	1.534
IRPJ (b)	16.710	-	-
PIS/COFINS (a)	11.602	13.154	13.788
Obrigações legais (c)	2.088	-	-
IRRF	703	938	1.233
Royalties (d)	3.212	3.236	3.309
Participação especial (d)	2.440	2.514	2.946
Outros (e)	<u>1.373</u>	<u>1.732</u>	<u>2.079</u>
Total	<u>44.217</u>	<u>26.313</u>	<u>30.059</u>
Circulante	<u>42.129</u>	<u>26.313</u>	<u>30.059</u>
Não circulante	<u>2.088</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Débitos referentes basicamente aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati, líquidos dos benefícios fiscais descritos na nota explicativa 17 (no caso específico do imposto estadual ICMS).
- (b) Em 31 de dezembro de 2013 e 2014 foi apurado saldo negativo de IRPJ e CSLL, logo, não houve valor a pagar.
- (c) Ação ajuizada pela Sociedade com objetivo de excluir o valor de ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS sobre a receita de vendas, líquido do valor depositado judicialmente correspondente.
- (d) Participações governamentais sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota explicativa 21.
- (e) Os débitos referem-se ao ISS, ISS retido sobre serviços prestados terceiros, bem como Cide, PIS e COFINS sobre importação de serviços.

10.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora			
	<u>01/04/2015</u> <u>a 30/06/2015</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2015</u> <u>a 30/06/2015</u> (Reapresentado)	<u>01/04/2014</u> <u>a 30/06/2014</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2014</u> <u>a 30/06/2014</u> (Reapresentado)
Lucro antes do IR e CSLL	38.954	134.145	46.199	61.865
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(13.244)	(45.609)	(15.708)	(21.034)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	13.581	46.342	16.003	21.694
Prejuízos fiscais não ativados (a)	(333)	(731)	(292)	(655)
Despesas indedutíveis/receita não tributável				
Temporais	(4)	(2)	(3)	(5)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda/contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Referente a prejuízos fiscais e base negativa. Em 30 de junho de 2015 a QGEPP possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$72.410 e R\$72.411, (R\$70.260 para Prejuízo Fiscal e R\$70.261 para Base Negativa em 31 de dezembro de 2014), sendo que a QGEPP não registra ativos diferidos de imposto de renda e de contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade fiscal até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação.

	Consolidado			
	01/04/2015 a 30/06/2015 (Reapresentado)	01/01/2015 a 30/06/2015 (Reapresentado)	01/04/2014 a 30/06/2014 (Reapresentado)	01/01/2014 a 30/06/2014 (Reapresentado)
Lucro antes do IR e CSLL	49.171	180.966	51.497	83.989
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(16.718)	(61.528)	(17.509)	(28.556)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Incentivos fiscais (a)	11.167	23.187	15.326	15.326
Despesas indedutíveis /receita não tributável, líquidas:				
Permanentes (b)	469	(66)	(305)	(3.177)
Temporais (c)	(4.675)	(7.414)	(2.226)	(4.758)
Prejuízos fiscais não ativados (d)	(460)	(999)	(584)	(957)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(10.217)</u>	<u>(46.821)</u>	<u>(5.297)</u>	<u>(22.122)</u>
Imposto de renda/contribuição social correntes	(11.236)	(32.938)	(3.509)	(3.509)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	1.019	(13.883)	(1.788)	(18.613)

(a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações do Campo de Manati - Nota explicativa 2.16.1.

(b) As principais adições referem-se ao plano de opção de ações e ao crédito presumido de ICMS (nota explicativa 2.16.2).

(c) No trimestre findo em 30 de junho de 2015, as principais adições referem-se à amortização da provisão de abandono.

(d) Refere-se basicamente a prejuízos fiscais e base negativa da empresa holding QGEPP.

10.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada QGEP, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em períodos futuros quando efetivamente realizadas.

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
<u>Composição ativo diferido</u>		
Participação nos lucros e resultados	449	4.428
Provisão baixa de poços e devolução de blocos	-	11.689
Provisões diversas	<u>6.896</u>	<u>5.111</u>
Total composição do ativo diferido	<u>7.345</u>	<u>21.228</u>
<u>Consolidado</u>		
<u>Ativo diferido</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2014		21.228
Diferenças temporárias geradas por provisões e respectivas reversões:		
Reversão da provisão para baixa de poços e devolução de blocos		(11.689)
Participação nos lucros e resultados - Realizada		(3.979)
Provisões a pagar - Adições e reversões		<u>1.785</u>
Saldo em 30 de junho de 2015		<u>7.345</u>
<u>Passivo diferido</u>		
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(1.836)
Exclusões temporais		-
Saldo em 30 de junho de 2015		<u>(1.836)</u>

A Companhia estima que o ativo fiscal diferido constituído em 30 de junho de 2015 será realizado nos próximos 12 meses na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambas suportadas por projeções efetuadas e aprovadas pela Administração (nota explicativa 3.2.3).

10.5. Lei 12.973/2014

A Administração efetuou uma avaliação preliminar das disposições contidas na Lei 12.973/2014 resultante da conversão da Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”), e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”). Embora a Lei 12.973/2014 tenha entrado em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, existia a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014.

A Administração não fez a opção de antecipação tendo em vista entender que não haveria efeitos para a Companhia.

11. INVESTIMENTOS

11.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do período:

<u>Participação</u>	<u>Nome da controlada</u>	<u>Local de constituição e operação</u>	<u>Participação e capital votante e total detidos - %</u>
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Direta	QGEP International GmbH	Áustria	100%
Indireta	QGEP B.V.	Holanda	100%
Indireta	Atlanta Field B.V.	Holanda	30%

11.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as informações financeiras trimestrais em 30 de junho de 2015 para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas diretas e indiretas são (em R\$):

	<u>QGEP</u>	<u>QGEP International</u>	<u>QGEP B.V.</u>	<u>AFBV</u>
	<u>R\$</u> (Reapresentado)	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$ (*)</u>
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1	1.000	3.000
Percentual de participação	100%	100%	100%	30%
Capital social	2.042.553	109	2	20
Patrimônio líquido	2.688.490	39	127.608	209.437
Resultado do período	136.794	(493)	(551)	(1.316)
Ativo total	3.551.916	39	127.750	251.161
Passivo total	863.427	-	141	41.724
Receita líquida	250.565	-	-	2.203

(*) Valores apresentados referem-se ao total da AFBV.

A movimentação dos investimentos da QGEP apresentada nas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas é como segue:

	Controladora			Consolidado
	QGEP			
	QGEP (Reapresentado)	International	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado)	2.583.920	28	2.583.948	22.823
Aumento de capital	-	520	520	35.309
Plano de opção de ações	3.360	-	3.360	-
Pagamento de dividendos (a)	(40.599)	-	(40.599)	-
Ajustes acumulados de conversão	5.016	(16)	5.000	5.094
Resultado de equivalência patrimonial (b)	<u>136.794</u>	<u>(493)</u>	<u>136.301</u>	<u>(395)</u>
Saldo em 30 de junho de 2015 (Reapresentado)	<u>2.688.491</u>	<u>39</u>	<u>2.688.531</u>	<u>62.831</u>

(a) No dia 12 de março de 2015, o Conselho de Administração propôs uma distribuição adicional de dividendos ao mínimo obrigatório no montante de R\$40.599. Esta proposta foi aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas no dia 17 de abril de 2015 e os dividendos foram pagos em 5 de maio de 2015 para os acionistas identificados na base acionária na data da aprovação.

(b) Resultado apurado pelas investidas no semestre findo em 30 de junho de 2015.

12. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação e amortização %	Consolidado				
		30/06/2015		31/12/2014	31/12/2013	
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)	
		Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido	Líquido
Segmento corporativo						
Móveis e utensílios	10%	2.698	(571)	2.127	2.035	1.719
Veículos	20%	1.460	(399)	1.061	866	666
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.107	(1.942)	2.165	2.623	5.989
Instalações	10%	1.556	(170)	1.386	1.552	-
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	2.504	(1.262)	1.242	1.246	1.471
Imóveis	4%	6.363	(90)	6.273	6.321	-
Terrenos	-	174	-	174	173	120
Subtotal		<u>18.862</u>	<u>(4.434)</u>	<u>14.428</u>	<u>14.816</u>	<u>9.965</u>
Segmento de <i>upstream</i>						
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	459.364	-	459.364	421.990	456.509
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)		16.844	(11.722)	5.122	1.264	3.018
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento (iv) e (v)		289.582	-	289.582	268.734	103.112
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás (iii)		<u>1.090.188</u>	<u>(640.567)</u>	<u>449.621</u>	<u>471.812</u>	<u>541.551</u>
Subtotal		<u>1.855.977</u>	<u>(652.290)</u>	<u>1.203.687</u>	<u>1.163.801</u>	<u>1.104.190</u>
Total		<u>1.874.840</u>	<u>(656.724)</u>	<u>1.218.118</u>	<u>1.178.617</u>	<u>1.114.155</u>

(i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.

(ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, os quais já estão em fase de produção.

(iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (Nota explicativa 21(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.

(iv) Gastos com desenvolvimento em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando o início da produção.

(v) Foram capitalizados ao imobilizado até o período findo em 30 de junho de 2015 R\$13.929 de encargos financeiros (R\$7.452 em 31 de dezembro de 2014), referente aos financiamentos do FINEP e BNB. As taxas relacionadas encontram-se descritas na nota explicativa 14.

Custo	Consolidado						Total
	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais em andamento	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - em andamento	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás		
Saldo em 31/12/2013 (Reapresentado)	12.385	456.509	16.844	103.112	992.714		1.581.564
(+) Adições do exercício	9.229	31.310	(a) -	165.621	(b) 49.004	(c)	255.164
(-) Baixas do exercício	(3.468)	(65.830)	(d) -	-	-		(69.298)
<u>Saldo em 31/12/2014 (Reapresentado)</u>	<u>18.146</u>	<u>421.989</u>	<u>16.844</u>	<u>268.733</u>	<u>1.041.718</u>		<u>1.767.430</u>
(+) Adições do período	855	37.375	(e) -	20.849	(f) 67.410	(g)	126.489
(-) Baixas do período	(139)	-	-	-	(18.939)	(h)	(19.078)
<u>Saldo em 30/06/2015 (Reapresentado)</u>	<u>18.862</u>	<u>459.364</u>	<u>16.844</u>	<u>289.582</u>	<u>1.090.188</u>		<u>1.874.840</u>

Em 31 de dezembro de 2014, as principais adições e baixas de imobilizado no período referem-se: (a) adições no BM-J-2 e BM-S-8, (b) adições no BS-4, que incluem gastos com serviços de perfuração, (c) adições no Campo de Manati e (d) Baixa do poço Biguá e do poço de extensão de Carcará, ambos localizados no Bloco BM-S-8, baixa do Bloco CAL-M-312, parte da concessão BM-CAL-12 e baixa do BM-CAL-5.

Em 30 de junho de 2015, as principais adições e baixas de imobilizado no período referem-se: (e) adições no BM-S-8, (f) adições no BS-4, (g) adições no Campo de Manati e (h) reversão da provisão de abandono no Campo de Camarão Norte (nota explicativa 16).

Depreciação e amortização	Depreciação imobilizado corporativo	Amortização gastos com exploração de recursos naturais	Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	Total
Saldo em 31/12/2013 (Reapresentado)	(2.420)	(13.826)	(451.163)	(467.409)
(-) Adições do exercício	(2.620)	(1.754)	(118.741)	(123.115)
(+) Baixas do exercício	1.710	-	-	1.710
<u>Saldo em 31/12/2014 (Reapresentado)</u>	<u>(3.330)</u>	<u>(15.580)</u>	<u>(569.900)</u>	<u>(588.810)</u>
(-) Adições do período	(1.188)	(837)	(65.968)	(67.995)
(+) Baixas do período		4.696	(4.696)	
	85	(1)	(3)	81
<u>Saldo em 30/06/2015 (Reapresentado)</u>	<u>(4.433)</u>	<u>(11.722)</u>	<u>(640.567)</u>	<u>(656.724)</u>

13. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Taxa de depreciação	Custo	Amortização	30/06/2015	31/12/2014
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	529.399	-	529.399	529.399
Bônus de assinatura (ii)	-	96.324	-	96.324	96.324
Software	20%	<u>7.613</u>	<u>(3.422)</u>	<u>4.191</u>	<u>4.747</u>
Total		<u>633.336</u>	<u>(3.422)</u>	<u>629.914</u>	<u>630.470</u>

Custo e amortização	Consolidado			
	Aquisição de concessão exploratória	Bônus de assinatura	Software	Total
Saldo em 31/12/2013	529.399	97.675	4.276	631.350
(+) Adições (custo)	-	-	1.840	1.840
(-) Baixas (custo) (iii)	-	(1.351)	-	(1.351)
(-) Adições (amortização)	-	-	(1.369)	(1.369)
Saldo em 31/12/2014	<u>529.399</u>	<u>96.324</u>	<u>4.747</u>	<u>630.470</u>
(+) Adições (custo)	-	-	190	190
(-) Adições (amortização)	-	-	(746)	(746)
Saldo em 30/06/2015	<u>529.399</u>	<u>96.324</u>	<u>4.191</u>	<u>629.914</u>

- (i) Refere-se aos direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$278.692 (US\$175.000) e participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.707 (US\$157.500). Não estão sendo amortizados, pois os campos ainda estão em fase de desenvolvimento.
- (ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se referem às áreas de concessão em fase exploratória (Nota Explicativa 21).
- (iii) Em 31 de dezembro de 2014, as baixas referem-se ao bônus de assinatura do Bloco CAL-M-312, parte da concessão BM-CAL-12 no montante de R\$205 e do Bloco BM-CAL-5 no montante de R\$1.146. A decisão foi tomada em função da baixa atratividade indicada por estudos de viabilidade técnica e econômica dessas áreas.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de avaliação, exploração e desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural.

Moeda nacional	Consolidado		Encargos	Forma de	Vencimento
	30/06/2015	31/12/2014		pagamento –	
BNB - Banco do Nordeste	117.849	-	4,71% a.a. + bônus de adimplência de 15%	Mensal	Até Jul/2026
FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos:					
Subcrédito A	124.277	124.289			
Subcrédito B	128.976	128.936			
	<u>253.253</u>	<u>253.225</u>	Subcrédito A: 3,5% a.a. Subcrédito B: TJLP + (5% a.a - 6,5% a.a) (a)	Mensal Mensal	Até Set/2023 Até Set/2023
Total	<u>371.102</u>	<u>253.225</u>			
Circulante	429	387			
Não circulante	<u>370.673</u>	<u>252.838</u>			
Total consolidado	<u>371.102</u>	<u>253.225</u>			

Descrição	Jun-15
TJLP anual	<u>6%</u>

- (a) Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito A incidirão juros compostos de 3,5% ao ano, *pro rata tempore*.

Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito B incidirão juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de SPREAD, reduzidos por equalização equivalente a 6,5% ao ano.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31/12/2014	253.225
(+) Liberação de principal	117.835
(+) Adições de juros	6.344
(-) Amortização de juros	<u>(6.302)</u>
Total antes do custo do empréstimo	<u>371.102</u>
(-) Custo do empréstimo	<u>(2.178)</u>
Saldo final em 30/06/2015	<u>368.924</u>
Circulante	<u>429</u>
Não circulante	<u>368.495</u>

Os vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados como segue:

<u>Vencimentos</u>	<u>30/06/2015</u>
2016	11.898
2017	35.695
2018	35.695
2019 a 2026	<u>287.385</u>
Total	<u>370.673</u>

De acordo com os termos do contrato da FINEP, o principal da dívida deve ser pago em 85 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorrerá em 15/09/2016 e as demais em igual dia dos meses subsequentes ocorrendo a última em 15/09/2023. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. O empréstimo é garantido através de aval corporativo pela controladora QGEPP.

De acordo com os termos do contrato do BNB, o principal da dívida deve ser pago em 84 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorrerá em 20/10/2019 e as demais em meses subsequentes ocorrendo a última em 29/09/2026. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. Durante todo tempo do contrato a Companhia manterá pelo menos 3 prestações mensais desta operação, compreendendo principal e encargos, tomada como referência mínima a maior prestação devida, em conta reserva (nota explicativa 9). Caso os três projetos envolvidos na dívida sejam descontinuados e devolvidos à ANP, o contrato prevê a aceleração da amortização desta dívida em, no mínimo 24 parcelas mensais, sendo que a última parcela não poderá ultrapassar setembro de 2022.

15. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda judicial), concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais referentes a 30 de junho de 2015.

Os processos considerados como de perda possível que não foram provisionados nas informações financeiras trimestrais são:

IMA

A Execução Fiscal nº 0087249-25.2010.805.0001, decorrente da multa aplicada no Auto de Infração nº 2006-007365/TEC/AIMU-0343, lavrado em 22/11/2006. A infração refere-se ao descumprimento de condicionante determinada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), resultando no assoreamento de córregos e erosão, quando da instalação do gasoduto entre os municípios de Guaibin e São Francisco do Conde, cuja multa, atualizada, é de R\$316.

IRRF e CIDE sobre afretamento

Não recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE incidentes sobre remessas ao exterior para pagamentos de afretamentos realizados em 2008 e 2009, e não recolhimento de IRRF e CIDE incidentes sobre remessas ao exterior para pagamentos de afretamento realizado em 2010. A questão envolve processos em fase administrativa, onde a Companhia está acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador, Petrobras. No tocante à participação da QGEP, os valores em discussão referentes aos afretamentos realizados em 2008 e 2009, montam aproximadamente a R\$34.129, e os valores em discussão referentes ao afretamento realizado em 2010 montam a aproximadamente R\$250.

Contratos com a QGOG

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda relacionados a estes contratos com a QGOG, conseqüentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

16. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas dos custos com abandono, informadas pelo operador, foram revisadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme notas explicativas 2.9 e 3.2.5. Em 31 de dezembro de 2015, esta provisão reflete a revisão das estimativas dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, a: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção, e (iii) outros custos inerentes.

Os custos com abandono foram projetados com base em uma inflação média da indústria de 2,8% ao ano (em dólares norte americanos) até a data esperado do efetivo abandono, e foram trazidos a valor presente por uma taxa livre de risco em dólares norte americanos, para ativos brasileiros, de 5,4% ao ano.

Conforme mencionado na nota 2.27, a Administração identificou que as mudanças na taxa de câmbio devem ser tratadas como mudanças no valor nominal das estimativas efetuadas na provisão para abandono. Sendo assim os ajustes provenientes de variação cambial resultam em aumento ou redução do passivo (prática contábil já adotada) e sua contrapartida deve ser um aumento ou redução do ativo imobilizado correspondente em igual valor.

Movimentação da Provisão para Abandono no período findo em 30 de junho de 2015:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	281.099
Reversão de provisão (a)	(18.938)
Variação cambial e outros	<u>40.878</u>
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>303.039</u>

(a) Ao longo do trimestre findo em 30 de junho de 2015 a Companhia, juntamente aos seus parceiros reavaliou a provisão de abandono referente ao Campo de Camarão Norte e efetuou a reversão do montante de R\$18.938.

17. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>			
	<u>01/04/2015</u> <u>a 30/06/2015</u>	<u>01/01/2015</u> <u>a 30/06/2015</u>	<u>01/04/2014</u> <u>a 30/06/2014</u>	<u>01/01/2014</u> <u>a 30/06/2014</u>
Receita bruta	<u>158.895</u>	<u>315.761</u>	<u>159.216</u>	<u>319.655</u>
PIS	(2.808)	(5.031)	(2.552)	(5.127)
COFINS	(12.934)	(23.170)	(11.755)	(23.615)
ICMS	(17.742)	(35.434)	(17.754)	(35.629)
Crédito presumido ICMS (*)	3.548	7.087	3.551	7.126
ISS	<u>(118)</u>	<u>(118)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Descontos - reduções contratuais	<u>(4.260)</u>	<u>(8.530)</u>	<u>(4.541)</u>	<u>(8.940)</u>
Total de deduções	<u>(34.314)</u>	<u>(65.196)</u>	<u>(33.051)</u>	<u>(66.185)</u>
Receita líquida	<u>124.581</u>	<u>250.565</u>	<u>126.165</u>	<u>253.470</u>

(*) Benefício fiscal de ICMS, conforme nota explicativa 2.16.2 - Reserva de incentivos fiscais.

18. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

18.1. Custos

	<u>Consolidado</u>			
	<u>01/04/2015</u> <u>a 30/06/2015</u>	<u>01/01/2015</u> <u>a 30/06/2015</u>	<u>01/04/2014</u> <u>a 30/06/2014</u>	<u>01/01/2014</u> <u>a 30/06/2014</u>
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Custos de extração	(15.871)	(32.383)	(17.156)	(32.932)
Royalties e participação especial	(12.163)	(23.547)	(12.657)	(25.206)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.424)	(2.710)	(1.239)	(2.640)
Amortização e depreciação	<u>(33.941)</u>	<u>(66.806)</u>	<u>(29.258)</u>	<u>(58.992)</u>
Total	<u>(63.399)</u>	<u>(125.445)</u>	<u>(60.310)</u>	<u>(119.770)</u>

18.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014
Pessoal	(903)	(1.745)	(752)	(1.431)
Serviços contratados de terceiros	(155)	(250)	(104)	(194)
Impostos e taxas	(44)	(66)	(8)	(11)
Anúncios e publicações	(29)	(289)	(45)	(332)
Outras despesas	(4)	(21)	(44)	(89)
Total	(1.135)	(2.371)	(953)	(2.057)

	Consolidado			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014
Pessoal	(16.300)	(31.336)	(15.751)	(31.421)
Serviços contratados de terceiros	(3.788)	(7.358)	(3.611)	(5.689)
Seguros	(724)	(930)	(381)	(701)
Impostos e taxas	1.201	(986)	(203)	(451)
Anúncios e publicações	(216)	(478)	(304)	(736)
Patrocínio	(119)	(119)	(14)	(24)
Serviços compartilhados	(23)	(46)	(18)	(41)
Depreciação	(983)	(1.850)	(1.015)	(1.952)
Manutenção	(924)	(1.664)	(635)	(889)
Locação	(768)	(1.458)	(884)	(1.841)
Outras despesas	(261)	(501)	(823)	(1.685)
Alocação de projetos E&P (a)	10.916	20.020	9.987	19.581
Total	(11.989)	(26.706)	(13.652)	(25.849)

(a) Saldo referente ao rateio de despesas relacionadas aos Blocos operados pela QGEP, relacionado aos seus parceiros não operadores.

19. GASTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

	Consolidado			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014
<u>Gastos exploratórios</u>				
Baixa de Poços	(9.514)	(9.291)	(79)	(31.909)
Aquisição/processamento de sísmica	(2.577)	(7.805)	(13.162)	(13.627)
Gastos com geologia e geofísica	(896)	(1.854)	(284)	(1.709)
Despesas gerais e administrativas	(836)	(2.067)	(665)	(1.746)
Segurança, meio-ambiente e saúde	(918)	(1.738)	(74)	(124)
Serviços de perfuração	(475)	(980)	(43)	(126)
Licenciamento ambiental	(381)	(678)	-	-
Interpretação geológica	(364)	(612)	-	-
Outros	(27)	(1.171)	(252)	(782)
Total	(15.988)	(26.196)	(14.559)	(50.023)

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora			
	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014
Rendimento das aplicações financeiras	145	217	87	116
Outras receitas e despesas financeiras	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Total	<u>143</u>	<u>215</u>	<u>86</u>	<u>115</u>

	Consolidado			
	01/04/2015 a 30/06/2015 (Reapresentado)	01/01/2015 a 30/06/2015 (Reapresentado)	01/04/2014 a 30/06/2014 (Reapresentado)	01/01/2014 a 30/06/2014 (Reapresentado)
Rendimento das aplicações financeiras (*)	19.046	107.369	14.428	26.888
Outras receitas e despesas financeiras	(461)	(597)	(50)	(228)
Variação cambial - Outros	<u>(2.108)</u>	<u>2.356</u>	<u>30</u>	<u>82</u>
Total	<u>16.477</u>	<u>109.128</u>	<u>14.408</u>	<u>26.742</u>

(*) Refletem receitas financeiras tais como remuneração da taxa CDI para títulos privados, remuneração da variação SELIC para títulos públicos e variação da moeda corrente americana para fundo cambial (nota explicativa 4).

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Desenvolvimento e Produção	Camamu BCAM-40	Manati Camarão Norte	06/08/1998	Petrobras (operador)	35
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	45
				Geopark	10
				Brasoil	10
	Santos	Atlanta e Oliva (BS-4)	06/08/1998	OGX	40
				Barra Energia	30
				Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30
Exploração	Camamu - Almada	CAL-M-372	24/11/2004	Petrobras (operador)	60
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
				EP Energy(i)	20
	Santos	BM-S-8	15/09/2000	Petrobras (operador)	66
				Petrogal	14
				Barra Energia	10
			Queiroz Galvão Exploração e Produção	10	
	Jequitinhonha	BM-J-2	02/09/2002	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100
	Foz do Amazonas	FZA-M-90	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	35
				Premier Oil	35
				Pacific Brasil	30
	Espírito Santo	ES-M-598	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	20

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%			
				Statoil Brasil (operador)	40			
				Petrobras	40			
				Espírito Santo	ES-M-673	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
							Statoil Brasil (operador)	40
							Petrobras	40
				Pará-Maranhão	PAMA-M-265	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30
							Pacific Brasil	70
				Pará-Maranhão	PAMA-M-337	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	50
							Pacific Brasil	50
				Ceará	CE-M-661	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção	25
			Total (operador)	40				
			OGX	35				
Pernambuco- Paraíba	PEPB-M-894	17/09/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30				
			Petra Energia	70				
Pernambuco- Paraíba	PEPB-M-896	17/09/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	30				
			Petra Energia	70				

Os prazos de concessão dos direitos nestes blocos são de 27 anos a partir da data de aprovação do plano de desenvolvimento. Na fase exploratória, que antecede o plano de desenvolvimento, os prazos são definidos no respectivo Contrato de Concessão.

(i) Em processo de transferência pela ANP para a Petrobras.

O quadro a seguir, demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEP) MM R\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km ²	Royalties	Taxa de retenção de área por km ² (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	-	2000	-	75,650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	-	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
BM-J-2	-	2002	855	371,5	10%	174,43	348,86	1.744,30
CAL-M-372	6,3	2004	562	745,031	10%	239,00	478,00	2.390,00
PEPB-M-896	7,2	2013	637	722,400	10%	93,75	187,50	937,50
PEPB-M-894	3,6	2013	239	721,200	10%	93,75	187,50	937,50
FZA-M-90	48,9	2013	18.945	768,500	10%	644,80	1.289,60	6.448,00
PAMA-M-265	9,1	2013	3.020	766,300	10%	62,50	125,00	625,00
PAMA-M-337	68,6	2013	35.206	769,300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-598	27,8	2013	14.182	769,300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-673	9,0	2013	12.562	721,2	10%	95,49	190,98	954,9
CE-M-661	33,9	2013	10.116	760,900	10%	31,25	62,50	312,50
BM-S-8	-	2000	-	392,000	10%	396,02	792,04	3.960,20
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	2000	-	199,6	7,8%	200,00	400,00	2.000,00
Total	<u>214,4</u>		<u>96.324</u>					

Em 30 de junho de 2015, o compromisso remanescente relativo a Programas exploratórios mínimos (“PEM”) das concessões mencionadas na tabela acima, anteriores à Rodada 11 de licitação da ANP (nota explicativa 1), compreende a perfuração de 1 poço pioneiro, no BM-CAL-12 (Bloco CAL-M-372), prevista para ser iniciada em 2016.

Nos blocos adquiridos na Rodada 11 há o compromisso de perfuração de poço nos blocos FZA-M-90, CE-M-661, PAMA-M-337 e ES-M-598, com as operações de perfuração previstas para serem realizadas a partir de 2017.

Os compromissos com avaliação de descoberta do Bloco BM-S 8 compreendem: (i) perfuração de dois poços (Carcará e Guanxuma) e (ii) a realização de um teste de formação e de um teste de longa duração.

A controlada QGEP detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de abandono de suas instalações.

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a QGEP:

- Royalties - Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. No período findo em 30 de junho de 2015 foram provisionados R\$19.027 (R\$19.429 em 30 de junho de 2014) de royalties referentes à produção do campo Manati dos quais R\$3.212 (R\$3.288 em 30 de junho de 2014) permanecem no passivo a pagar naquela data. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.
- Participação especial - A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. No período findo em 30 de junho de 2015 foram registrados R\$4.520 (R\$5.777 em 30 de junho de 2014) de participação especial, esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos, dos quais R\$2.440 (R\$2.670 em 30 de junho de 2014) permanecem no passivo a pagar naquela data.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foi desembolsado os montantes de R\$310 para o período findo em 30 de junho de 2015 registrados na demonstração do resultado como custos operacionais e custos exploratórios (R\$561 em 30 de junho de 2014).

b) Informações sobre as reservas

As reservas de gás provadas líquidas da controlada QGEP para o Campo de Manati foram preparadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 - Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada está apresentada conforme abaixo:

	Reserva <u>total campo (MMm³)</u> (não revisado pelos auditores independentes)
Reserva provada estimada pela Gaffney e Cline & Associates em 30/06/2015 (*)	<u>6.494</u>

(*) A reserva provada e contratada foi estimada a partir da reserva certificada em dezembro de 2014 por peritos especialistas e deduzidas das produções mensais até o referido período (nota explicativa 31).

c) Garantias

Em 30 de junho de 2015, o Grupo possui garantias, através de seguro garantia, junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis - ANP no total de R\$293.433. Essas garantias compreendem os objetos de Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração no montante de R\$214.383, operação de desativação do sistema de produção antecipada no Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R\$63.828 e desenvolvimento do Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R\$15.222.

A investida operacional QGEP é garantidora de parceiro junto à Teekay, referente a 10% das obrigações da AFBV no contrato de afretamento do FPSO Petrojal 1.

22. COMPROMISSOS

Em 30 de junho de 2015, o Grupo possuía compromissos contratados para fornecimento e operação de materiais e equipamentos, incluindo arrendamento de embarcações, bem como junto a prestadores de serviços de consultoria técnica, com vencimentos diversos para a campanha exploratória e desenvolvimento conforme o seguinte cronograma financeiro:

	Consolidado (*)		
	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u> <u>em diante</u>
Total de compromissos	<u>92.345</u>	<u>250.099</u>	<u>296.722</u>

(*) Este montante representa a participação da QGEP nos consórcios operados pela QGEP.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	30/06/2015			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito	-	-	63.013	63.013
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	81	81	30.599	30.599
Contas a receber (i)	-	-	99.753	99.753
Partes relacionadas	-	-	5.867	5.867
Valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa (ii)	-	-	156.730	156.730
Aplicações financeiras (ii)	-	-	1.115.127	1.115.127
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	77	77	107.294	107.294
Partes relacionadas	-	-	392	392
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	368.924	299.437

	31/12/2014			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito	-	-	27.916	27.916
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	1	1	17.444	17.444
Contas a receber (i)	-	-	101.627	101.627
Partes relacionadas	-	-	4.878	4.878
Valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa (ii)	-	-	99.747	99.747
Aplicações financeiras (ii)	-	-	1.011.417	1.011.417
<u>Passivos financeiros</u>				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	47	47	35.199	35.199
Partes relacionadas	-	-	336	336
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	250.915	210.452

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas.

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformancerisk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 - Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2 para estes instrumentos financeiros:

- (i) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
 - (ii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	<u>77</u>	<u>77</u>
Total	<u>77</u>	<u>77</u>

	Consolidado				
	<u>Até 1 mês</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 10 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	102.683	3.127	-	1.484	107.294
Partes relacionadas	-	-	392	-	392
Empréstimos e financiamentos	-	-	<u>429</u>	<u>368.495</u>	<u>368.924</u>
Total	<u>102.683</u>	<u>3.127</u>	<u>821</u>	<u>369.979</u>	<u>476.610</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras (95,8% em 30 de junho de 2015 e 95,5% em 31 de dezembro de 2014). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, controlada pelo Governo Federal, representa risco de crédito não relevante, pois historicamente não possui inadimplência ou atrasos. No período findo em 30 de junho de 2015 não foi registrada perda com créditos junto ao cliente Petrobras.

O risco de crédito nas operações com os consorciados e consórcios encontra-se descrito na Nota explicativa 6.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados na oferta pública inicial de ações e gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas à taxa de juros CDI pós-fixada.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros (Reapresentada)

Operação	Saldo em 30/06/2015	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
CDI anual em 30 de junho de 2015 (13,57%)					
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras - efetivo	936.486	Redução do CDI			
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2016			14,25%	10,69%	7,13%
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras – estimado		Redução do CDI	1.069.935	1.031.819	993.703
Receita estimada em 31 de dezembro de 2016			133.449	95.333	57.216
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016			-	(38.116)	(76.233)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o relatório Focus em 26 de fevereiro de 2016, emitido pelo Banco Central do Brasil.

Operação	Saldo em 30/06/2015	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I -	Cenário II -
				deterioração de 25%	Deterioração de 50%
CDI anual em 30 de junho de 2015 (13,57%)			-	-	
Caixa restrito: Fundo da provisão de abandono	46.875	Redução do CDI			
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2016			14,25%	10,69%	7,13%
Fundo da provisão de abandono – estimado em 31 de dezembro de 2016	46.875	Redução do CDI	53.555	51.647	49.739
Receita estimada em 31 de dezembro de 2016			6.680	4.772	2.864
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015:			-	(1.908)	(3.816)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o relatório Focus em 26 de fevereiro de 2016, emitido pelo Banco Central do Brasil.

Operação	Saldo em 30/06/2015	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I -	Cenário II -
				deterioração de 25%	deterioração de 50%
TJLP anual em 30 de junho de 2015 (6%) Empréstimos e financiamentos:					
FINEP	128.739(b)	Alta da TJLP	128.739	128.739	128.739
Empréstimos e financiamentos: Taxa estimada da TJLP para 31 de dezembro de 2015		Alta da TJLP	7%	8,75%	10,5%
Despesa estimada em 31 de dezembro de 2016			137.751	140.161	142.572
Empréstimos e financiamentos- estimado em 31 de dezembro de 2016			9.012	11.422	13.833
Efeito do incremento nas despesas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2015:			-	2.411	4.821

(a) Conforme site do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES).

(b) Valor refere-se somente a parcela do Subcrédito B do empréstimo da FINEP.

f) Risco de taxa de câmbio

Esse risco é basicamente proveniente da diminuição da taxa de câmbio sobre as transações indicadas em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio (Reapresentada)

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma desvalorização do dólar norte-americano em relação ao Real e o impacto sobre transações indexadas em dólar norte-americano contratadas pela Companhia.

Operação	Risco	Consolidado 30/06/2015			
		Cenário provável (a)		Cenário	
		Saldo em USD	Saldo em R\$	Possível (25%)	Remoto (50%)
Dólar efetivo em 30 de junho de 2015 (R\$3,10)					
Fundo cambial - ativo	Baixa do US\$	108.094	335.371	335.371	335.371
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2016			4,19	3,14	2,10
Fundo cambial - estimado em 31 de dezembro de 2016			452.912	339.684	226.456
Efeito no resultado e patrimônio líquido			117.541	4.313	(108.915)
Efeito da redução na receita financeira em 31 de dezembro de 2016			-	(113.228)	(226.456)

(a) Cenário provável da taxa de câmbio para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o relatório Focus em 26 de fevereiro de 2016, emitido pelo Banco Central do Brasil.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 30 de junho de 2015 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 30 de junho de 2015 é a seguinte:

Acionista	Nº de ações Ordinárias	% de Participação
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	63,0
FIP Quantum	18.606.588	7,0
Ações em circulação	71.578.162	26,9
Ações em tesouraria	7.954.632	3,0
Administradores	208.232	0,1
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>

ii. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no período. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

	01/04/2015 a 30/06/2015 (Reapresentado)	01/01/2015 a 30/06/2015 (Reapresentado)	01/04/2014 a 30/06/2014 (Reapresentado)	01/01/2014 a 30/06/2014 (Reapresentado)
<u>Resultado básico e diluído por ação</u>				
Numerador:				
Lucro líquido do período	38.954	134.145	46.200	61.865
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>259.325</u>	<u>260.004</u>	<u>259.444</u>	<u>259.444</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>0,15</u>	<u>0,52</u>	<u>0,18</u>	<u>0,23</u>

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo uma vez que em 30 de junho de 2015 as opções de ações estão *out of money*, e, portanto, não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2011 a 2015, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo estes Planos de 2011 a 2015 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$1,96 para o Plano de 2015, R\$2,65 para o Plano de 2014, R\$4,11 para o Plano de 2013, R\$5,31 e R\$3,87 para os dois Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Planos de opções de compra de ações 12/03/2015	Planos de opções de compra de ações 24/02/2014	Planos de opções de compra de ações 14/03/2013	Planos de opções de compra de ações 29/05/2012	Planos de opções de compra de ações 26/03/2012	Planos de opções de compra de ações 29/04/2011
Data da reunião do Conselho de Administração	12/03/2015	24/02/2014	11/03/2013	28/05/2012	23/03/2012	29/04/2011
Total de opções concedidas	2.334.915	2.373.330	2.120.319	550.000	1.941.517	1.097.439
Preço de período da opção	R\$6,36	R\$8,98	R\$12,83	R\$12,81	R\$14,17	R\$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R\$1,96	R\$2,65	R\$4,11	R\$3,87	R\$5,31	R\$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	36,96%	43,36%	43,92%	49,88%	53,24%	59,24%
Dividendo esperado	2,47%	3,84%	1,89%	1,93%	1,93%	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	6,39%	6,20%	3,81%	4,06%	4,69%	6,36%
Duração da opção (em anos)	7	7	7	7	7	7

A movimentação das opções de ações existentes em 30 de junho de 2015 está apresentada a seguir:

	Opções de ações	Preço de período médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2013	<u>5.709.275</u>	<u>14,70</u>
Concedidas no período - 24/02/2014	<u>2.373.330</u>	<u>8,98</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2014	<u>8.082.605</u>	<u>13,56</u>
Concedidas no período - 12/03/2015	<u>2.334.915</u>	<u>8,98</u>
Opções em circulação em 30 de junho de 2015	<u>10.417.520</u>	<u>13,56</u>

O intervalo de preços de período e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de período para as opções exercíveis no período findo em 30 de junho de 2015 estão sumariadas abaixo:

Plano	Opções em circulação			Opções exercíveis	
	Opções em circulação em jun/2015	Maturidade remanescente média em anos	Preço de período	Opções exercíveis em jun/2015	Preço de período médio (*)
Plano 2015	2.334.915	7	6,36	-	6,36
Plano 2014	2.373.330	7	8,98	474.666	9,67
Plano 2013	2.120.319	7	12,83	1.060.160	14,69
Plano 2012 - 2ª outorga	550.000	7	12,81	550.000	14,53
Plano 2012 - 1ª outorga	1.941.517	7	14,17	1.941.517	17,45
Plano 2011	1.097.439	7	19,00	1.097.439	22,60

(*) Atualizado anualmente pelo Índice Nacional de preços ao Consumidor ("INPC").

Para o período findo em 30 de junho de 2015, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$3.360, sendo R\$406 da 1ª outorga do plano de 2012, R\$147 da 2ª outorga do plano de 2012, R\$990 da outorga do plano de 2013, R\$1.102 da outorga do plano de 2014 e R\$715 da outorga do plano de 2015, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal. A redução do saldo em 30 de junho de 2015 quando comparado com os reflexos de 2014 deve-se à revisão das premissas referentes a “service conditions” dos respectivos planos de outorgas dos exercícios anteriores, tais como estimativa de exercício de opção considerando a saída de determinados executivos passíveis de exercerem suas opções, bem como a extinção do Plano referente a 2011 (duração da opção por 3 anos).

iv. Dividendos

O Conselho de Administração propôs a distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$38.676. Este montante foi pago em 05 de maio de 2015.

25. AÇÕES EM TESOURARIA

A Companhia autorizou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações dos anos 2011 a 2014.

Plano	Data de autorização de recompra	Volume recomprado
Plano 2011	24/04/2012	1.097.439
Plano 2012	9/07/2012	2.491.517
Plano 2013	6/05/2013	2.120.319
Plano 2014	24/02/2014	2.245.357

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	Ações ordinárias (*)	Valor - R\$mil
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-
Movimentação do período		
Outorga de opção de compra de ações 2011	1.097.439	9.107
Outorga de opção de compra de ações 2012	<u>2.491.517</u>	<u>29.792</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>3.588.956</u>	<u>38.899</u>
Outorga de opção de compra de ações 2013	<u>2.120.319</u>	<u>23.601</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>5.709.275</u>	<u>62.500</u>
Outorga de opção de compra de ações 2014	<u>2.245.357</u>	<u>18.507</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>7.954.632</u>	<u>81.007</u>
Outorga de opção de compra de ações 2015	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de junho de 2015	<u>7.954.632</u>	<u>81.007</u>

(*) Quantidade de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	<u>30/06/2015</u>
Mínimo	7,88
Médio	10,60
Máximo	13,39

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do período era o seguinte:

	<u>30/06/2015</u>
	<u>Ordinárias</u>
Quantidade de ações em tesouraria	7.954.632
Cotação por ação na BM&FBOVESPA (R\$)	<u>6,77</u>
Valor de mercado (R\$mil)	<u><u>53.853</u></u>

A quantidade de ações em tesouraria em 30 de junho de 2015 representa 3,0% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

26. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
		<u>Jun-15</u>
Responsabilidade civil geral	30/09/2015	426.117
Riscos de petróleo e operacionais	30/09/2015	<u>1.450.117</u>
Total		<u><u>1.876.234</u></u>

Os seguros foram renovados em 2014, com o vencimento das novas apólices para 30 de setembro de 2015, após este vencimento, os seguros foram renovados com o vencimento das novas apólices para 21 de janeiro de 2017.

27. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pela Companhia. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total de R\$603 em 30 de junho de 2015 (R\$519 em 30 de junho de 2014), reconhecida na demonstração do resultado consolidada, refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	<u>30/06/2015</u> (reapresentado)	<u>31/12/2014</u> (reapresentado)
Fornecedores de imobilizado	9.246	6.134
Provisão para abandono e imobilizado	30.959	26.536
Encargos financeiros capitalizados	<u>13.929</u>	<u>7.452</u>
Total	<u>54.134</u>	<u>40.122</u>

29. SAZONALIDADE

A atividade de exploração e produção da Companhia não sofre efeitos de sazonalidade ao longo do período, exceto em áreas exploratórias que apresentam restrições ambientais em determinados períodos do ano.

30. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras trimestrais reapresentadas foram aprovadas e autorizadas para arquivamento junto a CVM pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2016.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

- (i) Em 16 de julho de 2015, a QGEP assinou o aditivo ao contrato de venda de gás do Campo de Manati. Desde 2007, o consórcio possui um contrato para a venda de gás do Campo com a Petrobras, o qual previa a compra do volume de 23 bilhões de m³ de gás, com cláusula de *take or pay*. O preço é denominado em Reais e reajustado em bases anuais de acordo com índice contratual. O aditivo eleva o volume total contratado para toda a reserva do Campo, mantendo os demais termos e condições do contrato original.
- (ii) Em 07 de outubro de 2015 a QGEPP S.A. através da sua controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. adquiriu participação em dois blocos na 13^a Rodada de Licitações da ANP.

Os blocos adquiridos pela QGEP, SEAL-M-351 e SEAL-M-428, estão localizados entre 80 e 100 km de distância da costa, em águas ultra profundas na Bacia de Sergipe-Alagoas, com área total de 1.512 km². A QGEP adquiriu 100% de participação em ambos os blocos.

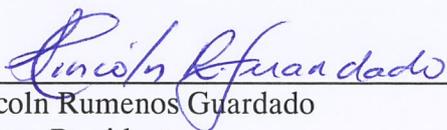
A QGEP desembolsou R\$100,0 milhões em bônus de assinatura pela participação nos dois blocos exploratórios, sendo R\$63,9 milhões para o Bloco SEAL-M-351 e R\$36,1 milhões para o Bloco SEAL-M-428, ambos os valores equivalentes ao bônus mínimo requerido na licitação. O investimento em aquisição de dados sísmicos está estimado entre US\$15-20 milhões nos próximos cinco anos.

- (iii) Em 26 de outubro de 2015 a QGEPP através da sua controlada QGEP assinou o contrato para a venda do óleo (COSA - Crude Oil Sales Agreement) para o SPA do Campo de Atlanta com a Shell Western Supply and Trading Ltd. (“Shell”). Esse contrato se refere à parcela de 30% da produção do campo, percentual detido pela QGEP no Consórcio. Os demais consorciados do Campo de Atlanta celebraram o mesmo tipo de acordo comercial com a Shell. O contrato de venda do óleo tem prazo de três anos, podendo ser estendido por mais um ano. A venda do óleo será Free on Board (FOB) no FPSO para a Shell, com mecanismo de preço netback. O início da produção, através de um SPA, está programado para meados de 2016. Nesta primeira fase, o potencial de produção é estimado em 25 mil bbl/d, podendo atingir cerca de 30 mil bbl/d com até três poços de produção, dois dos quais já estão perfurados, equipados com árvore de natal molhada e bomba submersa. O FPSO contratado, Petrojarl I, terá capacidade de armazenar 180 mil bbl.
 - (iv) Em Dezembro de 2015 a Companhia, juntamente aos seus parceiros, reavaliou a provisão de abandono referente ao Campo de Camarão Norte, Campo de Atlanta e Campo de Manati efetuando a reversão no montante de R\$ 137.358 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A reversão reflete a revisão prospectiva dos principais gastos de abandono a luz das novas tecnologias existentes e o novo patamar de custos dos prestadores de serviço para indústria de óleo e gás.
 - (v) No Bloco BM-J-2, a revisão dos estudos de viabilidade técnica e econômica do projeto, incorporando os resultados da perfuração do poço 1-QG-5-A e do reprocessamento dos dados sísmicos 3D, indicaram a inviabilidade econômica da continuidade do projeto, que levou a devolução do Bloco em 21 de dezembro de 2015. Foi entregue também nessa data o Relatório Final do PAD. Os valores registrados como baixa do Bloco BM-J-2 na rubrica de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás foram no montante de R\$332.487.
 - (vi) Em 19 de janeiro de 2016 foi emitido o “cash call” 01/2016 referente às operações do Bloco BS-4 no montante total de R\$19.563 com vencimento em 3 de fevereiro de 2016. Deste montante, o valor de R\$8.794 refere-se ao parceiro OGX. Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras (nota explicativa 29) não identificamos o recebimento deste crédito referente ao mês de janeiro de 2016.
 - (vii) No dia 23 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração autorizou o sexto programa de outorga de opção de compra de ações relativo ao exercício de 2016, no total de 2.334.915 ações, a serem adquiridas em prazo máximo de 365 dias a contar da data de sua aprovação.
-

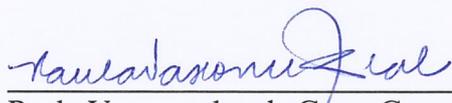
DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO VI DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 (“Companhia”), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2015 e 30 de junho de 2015, conforme nesta data reapresentadas.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2016.

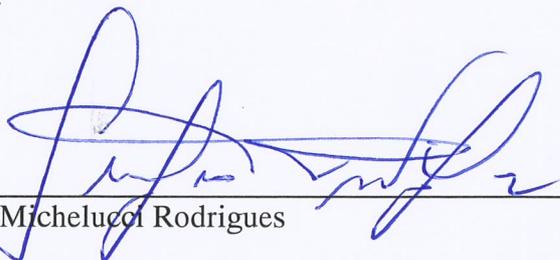


Lincoln Rumenos Guardado
Diretor Presidente



Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo Oliveira
Diretor

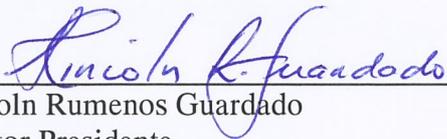


Sérgio Michelucci Rodrigues
Diretor

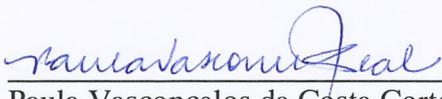
DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO V DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 (“Companhia”), nos termos do inciso V do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2015 e 30 de junho de 2015, conforme nesta data reapresentadas.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2016.

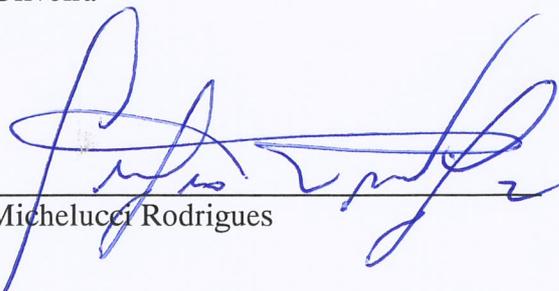


Lincoln Rumenos Guardado
Diretor Presidente



Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo Oliveira
Diretor



Sérgio Michelucci Rodrigues
Diretor